

Informações trimestrais

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

**30 de junho de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes sobre a
revisão de Informações Trimestrais**

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Informações Trimestrais

30 de junho de 2014 e 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de Informações Trimestrais.....1

Informações financeiras intermediárias

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Energética do Maranhão – CEMAR
São Luis - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 07 de agosto de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-S-MA



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-MA

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	284.606	204.702
Investimentos de curto prazo	5	345.200	526.986
Contas a receber de clientes	6	456.718	424.065
Impostos e contribuições a recuperar	7.1	37.238	37.120
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	7.2	29.082	19.585
Estoques		8.252	10.314
Serviços pedidos		37.576	31.044
Depósitos judiciais	16	21.515	22.770
Recuperação de custos de energia e encargos		-	4.689
Outros créditos a receber		10.901	11.170
		<u>1.231.088</u>	<u>1.292.445</u>
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	71.813	81.192
Impostos e contribuições a recuperar	7.1	31.002	34.828
Depósitos judiciais	16	9.015	9.015
Outros créditos a receber		7.765	6.738
Ativo financeiro da concessão	10	627.255	595.199
Investimentos		221	221
Intangível	11	1.660.254	1.595.930
		<u>2.407.325</u>	<u>2.323.123</u>
Total do ativo		<u><u>3.638.413</u></u>	<u><u>3.615.568</u></u>

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	254.869	181.620
Folha de pagamento e provisão de férias		11.820	9.229
Empréstimos e financiamentos	13	446.434	158.551
Debêntures	14	163	5.974
Taxas regulamentares a pagar		796	567
Impostos e contribuições a recolher	15.1	44.205	49.501
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	15.2	297	445
Dividendos		38.280	38.115
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	16	24.868	39.775
Taxa de iluminação pública		21.509	23.403
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energética		23.986	16.473
Participação nos lucros de empregados	18	13.475	26.151
Outras contas a pagar		39.810	41.303
		<u>920.512</u>	<u>591.107</u>
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	13	916.756	1.232.717
Debêntures	14	302.268	294.085
Impostos e contribuições a recolher	15.1	32.269	34.310
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	10.376	27.635
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	16	45.706	31.963
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energética		20.650	20.650
Outras contas a pagar		-	2.043
		<u>1.328.025</u>	<u>1.643.403</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	698.660	618.550
Reservas de capital	17.2	674	674
Reservas de lucros	17.3	681.558	761.834
Lucros acumulados		8.984	-
		<u>1.389.876</u>	<u>1.381.058</u>
Total do passivo e patrimonio líquido		<u><u>3.638.413</u></u>	<u><u>3.615.568</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstrações de resultados

Períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2013 a 30/06/2013
Receita operacional líquida	20	1.001.263	511.142	963.270	474.316
Custo de energia elétrica e construção	21	(823.124)	(448.865)	(652.460)	(304.771)
Custo da energia elétrica, construção e operação	21	(718.045)	(393.709)	(555.598)	(256.354)
Energia elétrica comprada para revenda		(511.055)	(283.622)	(390.170)	(183.069)
Custo de construção		(183.765)	(98.297)	(143.530)	(62.592)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição		(23.225)	(11.790)	(21.898)	(10.693)
Custo da operação	21	(105.079)	(55.156)	(96.862)	(48.417)
Pessoal		(13.493)	(6.693)	(13.838)	(7.296)
Material		(4.860)	(4.787)	(2.782)	(448)
Serviços de terceiros		(34.326)	(17.025)	(37.670)	(19.439)
Depreciação e amortização		(48.277)	(24.339)	(39.286)	(21.023)
Arrendamentos e aluguéis		(738)	(402)	(909)	(452)
Outros		(3.385)	(1.910)	(2.377)	241
Lucro operacional bruto		178.139	62.277	310.810	169.545
		(149.494)	(78.257)	(172.220)	(79.169)
Despesas com vendas	21	(57.566)	(26.271)	(58.713)	(29.602)
Despesas administrativas	21	(47.131)	(24.228)	(44.546)	(20.743)
Despesa com pessoal de administradores		(5.772)	(2.964)	(5.798)	(2.911)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis		(11.480)	(8.708)	(24.395)	(10.507)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas		(7.062)	(4.089)	(7.772)	(3.874)
Amortização		(12.167)	(6.188)	(9.454)	(5.048)
Outras despesas operacionais, liquidas		(8.316)	(5.809)	(21.542)	(6.484)
Resultado do serviço		28.645	(15.980)	138.590	90.376
Resultado financeiro	23	(32.615)	(15.163)	(36.863)	(18.651)
Receitas financeiras		79.137	38.475	59.798	27.990
Despesas financeiras		(111.752)	(53.638)	(96.661)	(46.641)
Resultado operacional		(3.970)	(31.143)	101.727	71.725
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(3.970)	(31.143)	101.727	71.725
Provisões de impostos sobre lucro		12.954	10.455	(3.776)	7.842
Contribuição social	9.3	(4.304)	4.227	(11.676)	(10.949)
Imposto de renda	9.3	(11.658)	(78)	(31.467)	(29.501)
Incentivos fiscais	9.3	11.658	78	31.467	29.501
IRPJ e CSLL diferidos	9.3	17.258	6.228	7.900	18.791
Lucro líquido (prejuízo) do período		8.984	(20.688)	97.951	79.567
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações - R\$		0,05472	(0,12600)	0,59659	0,48462
Quantidade de ações no final do período		164.184	164.184	164.184	164.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstrações de resultados abrangentes
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	<u>01/01/2014 a 30/06/2014</u>	<u>01/04/2014 a 30/06/2014</u>	<u>01/01/2013 a 30/06/2013</u>	<u>01/04/2013 a 30/06/2013</u>
Lucro líquido do período	<u>8.984</u>	<u>(20.689)</u>	<u>97.951</u>	<u>79.567</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>8.984</u>	<u>(20.689)</u>	<u>97.951</u>	<u>79.567</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$	<u>0,0547</u>	<u>(0,1260)</u>	<u>0,5966</u>	<u>0,4846</u>
Quantidade de ações no final do período	<u>164.184</u>	<u>164.184</u>	<u>164.184</u>	<u>164.184</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Opções Outorgadas	Legal	Benefícios fiscais	Capital de Giro	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	618.550	674	45.552	-	561.419	169	-	1.226.364
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	97.951	97.951
Dividendos adicionais propostos a pagar	-	-	-	-	-	(169)	-	(169)
Saldos em 30 de junho de 2013	618.550	674	45.552	-	561.419	-	97.951	1.324.146
Saldo em 31 de dezembro de 2013	618.550	674	55.164	33.101	673.403	166	-	1.381.058
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	8.984	8.984
Aumento de capital (nota 18)	80.110	-	-	(33.101)	(47.009)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos a pagar	-	-	-	-	-	(166)	-	(166)
Saldos em 30 de junho de 2014	698.660	674	55.164	-	626.394	-	8.984	1.389.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	8.984	97.951
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Amortização e depreciação	60.444	48.740
Amortização de Receita Diferida Subvenção CDE	-	(7.348)
Despesas de juros	74.532	59.518
Atualização financeira do ativo financeiro	6.572	(10.592)
Perda na venda de intangível / Imobilizado	5.012	27.437
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	14.244	19.392
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	11.480	24.395
Rendimentos de aplicações financeiras	(23.582)	(9.444)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.258)	(7.900)
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.304	11.676
	<u>144.732</u>	<u>253.825</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Contas a receber de clientes	(34.754)	40.545
Estoques	2.062	2.212
Impostos e contribuições a recuperar	3.708	12.432
Impostos sobre o lucro a recuperar	(9.497)	4.964
Serviços pedidos e outros	(6.532)	(4.829)
Ativo financeiro de concessão	(16.868)	(111.507)
Recuperação de custos de energia e encargos	4.689	(7.802)
Outros créditos a receber	(759)	(3.690)
Depósitos judiciais	1.256	1.553
	<u>(56.695)</u>	<u>(66.122)</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	73.249	(53.126)
Impostos e contribuições a recolher	(7.337)	(5.372)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(7.399)	20.799
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	2.591	2.305
Taxa de iluminação pública	(1.894)	(5.047)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(15.408)	(15.929)
Taxas regulamentares	229	(3.149)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energetica	7.513	(4.512)
Participação nos lucros	(12.676)	27.723
Receita Diferida Subvenção CDE	-	(9.790)
Juros pagos	(53.925)	(60.691)
Imposto de renda e contribuição social	2.947	(30.733)
Outras contas a pagar	(3.537)	7.166
	<u>(15.647)</u>	<u>(130.356)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>72.390</u>	<u>57.347</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo intangível	(151.541)	(43.820)
Resgates/Aplicações financeiras	205.368	23.702
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>53.827</u>	<u>(20.118)</u>
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	23.664	275.279
Amortização de empréstimos e financiamentos	(69.977)	(156.550)
Amortização de debêntures	-	(160.380)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(46.313)</u>	<u>(41.651)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>79.904</u>	<u>(4.422)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	204.702	59.086
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	284.606	54.664
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>79.904</u>	<u>(4.422)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	1.101.739	1.097.310
Outras despesas/receitas operacionais	(279)	(105)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(11.480)	(24.395)
Outras despesas / receitas não recorrentes	(8.037)	(21.437)
Provisão (reversão) de processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(7.062)	(7.923)
	<u>1.074.881</u>	<u>1.043.450</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(534.280)	(412.068)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(116.072)	(114.395)
Despesas comerciais e outras	(1.866)	(2.111)
	<u>(652.218)</u>	<u>(528.574)</u>
Valor adicionado (aplicado) bruto	<u>422.663</u>	<u>514.876</u>
Amortização	<u>(60.444)</u>	<u>(48.741)</u>
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	<u>362.219</u>	<u>466.135</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	75.998	40.507
Atualização VNR	(6.572)	10.592
Outras	(24.337)	(27.746)
	<u>45.089</u>	<u>23.353</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>407.308</u>	<u>489.488</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	42.398	39.068
Benefícios	9.418	8.522
FGTS	2.988	2.518
Outros	(7.499)	(2.325)
	<u>47.305</u>	<u>47.783</u>
Tributos		
Federais	104.928	106.710
Estaduais	165.493	162.326
Municipais	867	12.309
	<u>271.288</u>	<u>281.345</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	77.704	60.217
Aluguéis	2.027	2.192
	<u>79.731</u>	<u>62.409</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	-	-
Lucros retidos do período	8.984	97.951
	<u>8.984</u>	<u>97.951</u>
Valor adicionado	<u>407.308</u>	<u>489.488</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Informações sobre a Companhia

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), empresa de economia privada de capital aberto, com sede em São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&F Bovespa.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do estado do Maranhão, abrangendo uma área de concessão de 333 mil Km², regulada pelo Contrato de Concessão nº 060 de 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o qual permanece com o seu termo de vigência em agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

3 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, descritas na nota 3 da referida demonstração e, portanto, devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras intermediárias.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 7 de agosto de 2014.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	19.902	17.931
Equivalentes de caixa	264.704	186.771
CDB	15.148	43.680
Debêntures compromissadas	249.556	143.091
Total	<u>284.606</u>	<u>204.702</u>

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 102,07% (102,3% em 31 de dezembro de 2013) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 03 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

5 Investimento de curto prazo

Modalidade	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundos de investimentos (a)	344.686	526.496
Outros	514	490
Total	<u>345.200</u>	<u>526.986</u>

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em títulos públicos federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, classificados como mantidos para negociação.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a receber de consumidores faturados	241.792	235.147
Contas a receber de consumidores não faturados	66.761	68.540
Parcelamentos	204.500	210.616
Baixa Renda e Viva Luz (a)	34.554	30.069
Outras	47.355	30.697
Total	594.962	575.069
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(66.431)	(69.812)
Total contas a receber clientes	528.531	505.257
Total circulante	456.718	424.065
Total não circulante	71.813	81.192

(a) Baixa Renda

Por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, foram unificados os critérios para concessão da tarifa social de energia elétrica (TSEE) em todo o Brasil, o que garante um desconto nas tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa-renda. A mesma Lei, em seu artigo 13, criou mecanismo para compensar a perda de receita das distribuidoras gerada pelo desconto, por meio de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, na forma de subvenção econômica.

Os procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de baixa renda foram estabelecidos pela Resolução Normativa nº 089, de 25 de outubro de 2004, e suas alterações. A Companhia apura, mensalmente, os valores de subvenção a serem recebidos, conforme o rito estabelecido por essa Resolução.

Em 2010 os critérios de concessão da tarifa social foram aprimorados por meio da Lei nº 12.212, regulamentada pela ANEEL através da REN 414/2010. Ainda em 13 de outubro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, que estabeleceu a concessão da CDE para os novos critérios da TSEE estabelecidos na nova lei.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes -- Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2013	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	30/06/2014
Contas a receber de consumidores faturados	43.716	12.649	(12.315)	44.050
Parcelamentos	23.142	2.503	(6.218)	19.428
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total Circulante	67.583	15.152	(18.533)	64.203
Cheques em cobrança	2.229	-	-	2.228
Total Não Circulante	2.229	-	-	2.228
Total	69.812	15.152	(18.533)	66.431

	31/12/2012	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	30/06/2013
Contas a receber de consumidores faturados	35.979	16.109	(16.216)	35.872
Parcelamentos	21.745	3.057	(3.374)	21.428
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total Circulante	58.449	19.166	(19.590)	58.025
Cheques em cobrança	2.186	-	-	2.186
Total Não Circulante	2.186	-	-	2.186
Total	60.635	19.166	(19.590)	60.211

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes -- Continuação

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD.

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

	30/06/2014			
	<u>Saldos a vencer</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>Total</u>
Residencial	60.349	51.364	13.470	125.183
Industrial	10.745	3.041	3.837	17.623
Comercial	32.919	11.415	4.451	48.785
Rural	4.417	2.067	2.299	8.783
Poder público	11.788	5.792	1.715	19.295
Iluminação pública	6.207	1.809	423	8.439
Serviço público	7.734	3.557	2.393	13.684
Fornecimento faturado	134.159	79.045	28.588	241.792

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes—Continuação

	31/12/2013			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	59.063	53.846	11.647	124.556
Industrial	10.169	2.759	3.749	16.677
Comercial	30.172	10.801	4.048	45.021
Rural	4.545	2.375	2.229	9.149
Poder público	10.519	5.273	1.986	17.778
Iluminação pública	6.889	792	436	8.117
Serviço público	7.588	3.902	2.359	13.849
Fornecimento faturado	128.945	79.748	26.454	235.147

7 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

7.1 Impostos e contribuições a recuperar

	30/06/2014	31/12/2013
ICMS a recuperar CIAP	35.139	35.138
Outros	2.099	1.982
Total	37.238	37.120
Não circulante		
ICMS a recuperar CIAP	30.420	34.246
Outros	582	582
Total	31.002	34.828

7.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	30/06/2014	31/12/2013
IRRF s/ aplicação financeira	11.767	5.797
Antecipação de IRPJ / CSLL	7.221	7.519
IRPJ/CSLL a restituir	7.228	3.850
IRRF	2.866	2.419
	29.082	19.585

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	30/06/2014			31/12/2013		30/06/2013
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
Eletrobras	(a)	Empréstimo	-	347.644	-	-	372.179	14.311
		Dividendos	-	13.444	-	-	13.444	-
FASCEMAR	(b)	Contrato de confissão de dívida	-	6.581	-	-	10.213	994
		Previdência Privada	-	-	1.333	-	-	1.189
Equatorial Energia	(c)	Contrato de compartilhamento	1.659	-	-	1.503	-	-
		Dividendos	-	25.506	-	-	25.506	-
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	-	1.676	-	-	3.321
Equatorial Soluções	(e)	Contrato de compartilhamento	451	811	-	368	855	-

- (a) Os valores com a Eletrobrás são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos. Os contratos de empréstimos com a Eletrobrás são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil.
- (b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão descritas conforme nota 25.
- (c) Os valores com a Equatorial Energia S.A. (Controladora da CEMAR) são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas; e de dividendos a pagar.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

8 Partes relacionadas--Continuação

- (d) O valor com Geradora de Energia do Norte S.A. ("GERAMAR") é proveniente do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2024.
- (e) Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$14.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2014.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de junho de 2014:

Conselho de Administração	
Remuneração fixa:	100%
Diretoria	
Remuneração fixa:	21%
Benefícios	1%
Remuneração variável:	78%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	9	8	17
Remuneração Fixa Anual	270	1.821	2.091
Salário ou Pró-labore	270	1.750	2.020
Benefícios diretos e indiretos	-	71	71
Remuneração variável	-	6.429	6.429
Bônus	-	6.429	6.429
Benefícios pós emprego	-	38	38
Valor total da remuneração por órgão	270	8.288	8.558

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

8 Partes relacionadas--Continuação

INSTITUIÇÃO	Valor do financiamento	% Do aval	Início	Término	Valor liberado	30/06/2014
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	519
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	12.709
Banco do Brasil - CCB N° 21/00003-4	90.000	100	27/04/2013	27/04/2015	90.000	99.938
Banco do Brasil - CCB N° 20/02000-7	150.000	100	28/06/2013	28/06/2015	150.000	164.361
Banco do Brasil - CCB N° 20/02002-3	40.000	100	18/12/2013	18/12/2015	40.000	42.092
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	193.023	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	114.019
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	341.736	355.491
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/02/2017	136.076	33.162
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	121.585
Caixa Econômica Federal - Contrato N° 415.866-52/2013 - FINISA	28.626	100	04/10/2013	07/10/2025	14.313	14.758
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	11.519	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	6.459
International Finance Corporation - IFC	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	43.585
Total	1.471.314				1.253.351	1.008.678

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e, imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos -- Continuação

9.1 Composição dos créditos de impostos de renda e contribuição social correntes diferidos

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRPJ prejuízos fiscais	167.603	167.603
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	(177.979)	(195.238)
Total	<u>(10.376)</u>	<u>(27.635)</u>

9.2 Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

<u>Expectativa de Realização</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>Total</u>
Impostos Diferidos	8.320	28.791	42.595	37.490	27.971	22.436	167.603

A CEMAR realizou R\$3.893 mil de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2014.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

9.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, no trimestre findo em 30 de junho de 2014 e 2013, é demonstrada como segue:

	30/06/2014		30/06/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	(3.970)	(3.970)	101.727	101.727
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(993)	(357)	25.432	9.155
Adições:				
Provisão para contingências	17.604	6.337	54.924	19.773
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	16.608	5.979	15.053	5.419
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	11.020	3.967	7.616	2.742
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	5.911	2.128	2.513	905
Tributos com exigibilidade suspensa (depósitos judiciais)	-	-	1.687	607
Provisão para suprimento de energia	12.776	4.599	13.316	4.794
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	3.509	1.263	5.491	1.977
Provisão para recuperação de ativos	3.504	1.261	2.704	973
Outras provisões	3.830	1.579	1.498	539
	74.761	27.114	104.802	37.729
Exclusões:				
Provisão para contingências	(17.886)	(6.439)	(54.061)	(19.462)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(17.453)	(6.283)	(15.159)	(5.457)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(9.095)	(3.274)	(8.735)	(3.145)
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(2.479)	(892)	(5.355)	(1.928)
Tributos com exigibilidade suspensa (depósitos judiciais)	-	-	(1.669)	(601)
Provisão para suprimento de energia	(2.974)	(1.070)	-	-
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(6.673)	(2.402)	(5.491)	(1.977)
Provisão para recuperação de ativos	(3.304)	(1.189)	(2.704)	(973)
Outras provisões	(1.960)	(903)	(5.009)	(1.665)
	(61.824)	(22.452)	(98.183)	(35.208)

	30/06/2014		30/06/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL	11.945	4.304	32.051	11.676
Incentivo PAT	(287)	-	(584)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	11.658	4.304	31.467	11.676
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)	-293,66%	-108,42%	30,93%	11,48%
Ativo Fiscal Diferido	(12.690)	(4.568)	(5.711)	(2.189)
(+) IRPJ Subvenção Governamental	(11.658)	-	(31.467)	-
Total	(12.690)	(264)	(5.711)	9.487
Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido	319,65%	6,65%	-5,61%	9,33%

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

9.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social— Continuação

- (a) Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

10 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2013	Reclassificação	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixa	30/06/2014
Ativo financeiro	870.435	21.784	-	17.017	(24)	909.212
Obrigações especiais (b)	(275.236)	-	(6.572)	(149)	-	(281.957)
Ativo financeiro	595.199	21.784	(6.572)	16.868	(24)	627.255

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Ativo financeiro da concessão--Continuação

A	Atualização do ativo financeiro					
	31/12/2012	Reclassificação	(a)	Capitalização	Baixas	31/12/2013
Ativo financeiro	744.746	(59.971)	9.138	185.039	(8.517)	870.435
Obrigações especiais (b)	(120.042)	-	(31.564)	(125.245)	1.615	(275.236)
Ativo financeiro	624.704	(59.971)	(22.426)	59.794	(6.902)	595.199

m

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

30/06/2014					
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,78%	3.590.618	(1.307.994)	(938.116)	1.344.508
Em curso		326.965	-	(11.219)	315.746
Total		3.917.583	(1.307.994)	(949.335)	1.660.254

31/12/2013					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,78%	3.565.475	(1.228.122)	(856.046)	1.481.307
Em curso		220.444	-	(105.821)	114.623
Total		3.785.919	(1.228.122)	(961.867)	1.595.930

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Intangível--Continuação

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Capitalização (ii)</u>	<u>30/06/2014</u>
Em Serviço	3.565.475	(21.784)	-	(9.163)	56.090	3.590.618
(-) Amortização	(1.228.122)	-	(84.048)	4.175	-	(1.307.995)
Total em serviço	2.337.353	(21.784)	(84.048)	(4.988)	56.090	2.282.623
Em curso	220.444	-	179.628	-	(73.107)	326.965
Total	220.444	-	179.628	-	(73.107)	326.965
Obrigações especiais (i)	(1.157.827)	-	(11.070)	-	-	(1.168.897)
(-) Amortização	195.960	-	23.603	-	-	219.563
Total em obrigações especiais	(961.867)	-	12.533	-	-	(949.334)
Total	1.595.930	(21.784)	108.113	(4.988)	(17.017)	1.660.254
	<u>31/12/2012</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Capitalização (ii)</u>	<u>31/12/2013</u>
Em Serviço	3.212.788	59.971	-	(58.428)	351.144	3.565.475
(-) Amortização	(1.102.329)	-	(156.894)	31.101	-	(1.228.122)
Total em serviço	2.110.459	59.971	(156.894)	(27.327)	351.144	2.337.353
Em curso	455.427	-	301.200	-	(536.183)	220.444
Total	455.427	-	301.200	-	(536.183)	220.444
Obrigações especiais (i)	(1.184.059)	-	(111.988)	12.976	125.245	(1.157.826)
(-) Amortização	148.779	-	48.559	(1.379)	-	195.959
Total em obrigações especiais	(1.035.280)	-	(63.429)	11.597	125.245	(961.867)
Total	1.530.606	59.971	80.877	(15.730)	(59.794)	1.595.930

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

- i. Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.
- ii. Capitalizações correspondem a transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Fornecedores

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Suprimento e encargos de conexão (a)	112.977	54.449
Encargos de uso da rede elétrica (b)	12.617	12.289
Materiais e serviços	84.240	87.342
Energia Livre	245	245
Outros	44.790	27.295
Total	<u>254.869</u>	<u>181.620</u>

13 Empréstimos e financiamentos

	<u>Custo médio</u>	<u>30/06/2014</u>		<u>Total</u>
		<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>da dívida (% a.a.)</u>	<u>Principal e</u>	<u>Principal e</u>	<u>Principal e</u>
		<u>encargos</u>	<u>encargos</u>	<u>encargos</u>
MOEDA ESTRANGEIRA				
STN	4,10%	72	8.135	8.207
Total moeda estrangeira		<u>72</u>	<u>8.135</u>	<u>8.207</u>
MOEDA NACIONAL				
BANCO DO BRASIL	9,7%	266.114	50.797	316.911
BNB	8,5%	37.482	117.264	154.746
BNDES	6,9%	52.127	417.383	469.510
CAIXA	6,0%	-	14.758	14.758
ELETOBRÁS	8,4%	67.177	280.467	347.644
FINEP	4,0%	1.132	5.327	6.459
IBM	9,8%	892	1.858	2.750
IFC	11,3%	22.807	20.778	43.585
VOTORANTIM	4,5%	476	2.229	2.705
Subtotal		<u>448.207</u>	<u>910.861</u>	<u>1.359.068</u>
(-) Custo de Captação		(1.845)	(2.240)	(4.085)
TOTAL MOEDA NACIONAL		<u>446.362</u>	<u>908.621</u>	<u>1.354.983</u>
TOTAL GERAL		<u>446.434</u>	<u>916.756</u>	<u>1.363.190</u>

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Empréstimos e financiamentos -- Continuação

	Custo médio da dívida (% a.a.)	31/12/2013		Total
		Circulante	Não circulante	
		Principal e encargos	Principal e encargos	Principal e encargos
MOEDA ESTRANGEIRA				
Tesouro nacional	4,21%	304	8.864	9.168
Total moeda estrangeira		304	8.864	9.168
MOEDANACIONAL				
Eletróbrás	8,01%	66.841	302.444	369.285
IFC	8,83%	23.105	31.167	54.272
BNB	8,50%	37.617	135.552	173.169
BNDES	6,93%	29.151	433.697	462.848
FINEP	4,00%	1.134	5.888	7.022
FINAME	4,50%	2.299	12.069	14.368
Banco do Brasil S.A	8,09%	-	291.836	291.836
Caixa Econômica Federal	6,00%	-	14.331	14.331
Subtotal		160.147	1.226.984	1.387.131
(-) Custo de captação		(1.900)	(3.131)	(5.031)
TOTAL MOEDA NACIONAL		158.247	1.223.853	1.382.100
TOTAL GERAL		158.551	1.232.717	1.391.268

Em 30 de junho de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$1.363.190 (R\$1.391.268 em 31 de dezembro de 2013), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$446.434 de curto prazo e R\$916.756 de longo prazo (R\$158.551 de curto prazo e R\$1.232.717 de longo prazo em 31 de dezembro de 2013) a um custo médio de 8,87%, equivalente a 90,50% do CDI (8,24%, equivalente a 102,1% do CDI, em 31 de dezembro de 2013).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 30 de junho de 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

	30/06/2014	
Vencimento	Valor	%
Circulante	446.434	33%
2015	152.564	11%
2016	171.575	13%
2017	152.870	11%
2018	116.015	9%
Após 2018	325.972	24%
Não Circulante	918.996	67%
Custo de Captação Não Circulante	(2.240)	
Total	1.363.190	100%

	31/12/2013	
Vencimento	Valor	%
Circulante	158.551	11%
2014	-	0%
2015	490.584	35%
2016	167.772	12%
Após 2016	577.492	42%
Total	1.235.848	89%
Custo de Captação Não Circulante	(3.131)	
Não Circulante	1.232.717	89%
Total	1.391.268	100%

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Empréstimos e financiamentos--Continuação

A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	158.247	1.223.853	304	8.864	1.391.268
Ingressos	-	23.664	-	-	23.664
Encargos	39.596	11.204	187	-	50.987
Varição monetária e cambial	-	3.469	(26)	(729)	2.714
Transferências	354.460	(354.460)	-	-	-
Amortizações de principal	(69.769)	-	(208)	-	(69.977)
Pagamentos de juros	(36.227)	-	(185)	-	(36.412)
Custo de captação	55	891	-	-	946
Saldos em 30 de junho de 2014	446.362	908.621	72	8.135	1.363.190

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	248.143	902.293	467	7.926	1.158.829
Ingressos	-	483.943	-	-	483.943
Encargos	74.155	11.854	387	-	86.396
Varição monetária e cambial	-	8.806	39	1.126	9.971
Transferências	182.988	(182.988)	188	(188)	-
Amortizações de principal	(268.402)	(205)	(396)	-	(269.003)
Pagamentos de juros	(77.466)	-	(381)	-	(77.847)
Custo de Captação	(1.171)	150	-	-	(1.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	158.247	1.223.853	304	8.864	1.391.268

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Empréstimos e financiamentos--Continuação

Acompanhamento dos Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela CEMAR possuem *covenants* financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até 30 de junho de 2014, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

14 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.974	294.085	300.059
Custo de Captação	-	146	146
Encargos	11.437	-	11.437
Varição monetária	265	8.037	8.302
Pagamentos de juros	(17.513)	-	(17.513)
Saldos em 30 de junho de 2014	163	302.268	302.431

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	169.602	283.210	452.812
Custo de captação	-	295	295
Encargos	22.554	-	22.554
Varição Monetária	91	10.580	10.671
Amortizações de principal	(160.380)	-	(160.380)
Pagamentos de juros	(25.893)	-	(25.893)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.974	294.085	300.059

Quarta emissão debêntures

Em 22 de setembro de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$280.000, dividido em duas séries de R\$101.380 e R\$178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia e aumento do capital de giro. Em 30 de junho de 2014, a taxa efetiva dessa operação é de 11,39% ao ano.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Debêntures -- Continuação

No encerramento do semestre em 30 de junho de 2014, as debêntures representam o montante de R\$302.431 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	163	0%	5.974	2%
2016	33.793	11%	33.793	11%
Após 2016	269.952	89%	261.915	87%
Não circulante	303.745	100%	295.708	99%
Custo de captação - Não circulante	(1.477)	0%	(1.623)	-1%
Total não circulante	302.268	100%	294.085	98%
Total	302.431	100%	300.059	100%

Covenants

As emissões de Debêntures, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 30 de junho de 2014, a Companhia atingiu todos os indicadores requeridos contratualmente.

15 Impostos e contribuições a recolher

15.1 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ISS	1.544	794	2.352	894
Encargos sociais e outros	4.365	-	5.709	-
ICMS	25.413	-	26.493	-
PIS e COFINS	9.685	-	12.077	-
REFIS (a)	3.198	31.475	2.870	33.416
Total	44.205	32.269	49.501	34.310

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

15 Impostos e contribuições a recolher--Continuação

15.1 Impostos e contribuições a recolher--Continuação

(a) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 28 de novembro de 2009, a CEMAR aderiu ao parcelamento instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES foi parcelado em 180 meses. A consolidação de tais débitos foi concluída em 30 de setembro de 2011.

A referida dívida foi consolidada no montante de R\$40.619, deste total foi pago R\$10.677 restando um saldo de R\$29.942.

Em 30 de dezembro de 2013, a CEMAR aderiu à reabertura, instituída pela Lei nº 12.865/2013, do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. A consolidação de tais débitos ainda não foi concluída pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Os principais benefícios da adesão a reabertura do REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$1.757, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante incluído na reabertura do REFIS foi de R\$ 10.572, sendo que R\$3.893 foram compensados com prejuízos fiscais, e o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$4.922.

A referida dívida, no montante de R\$4.922 será quitada em até 180 parcelas, deste total foi pago R\$191 restando um saldo de R\$4.731.

15.2 Impostos e contribuições sobre o lucro

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
IRRF	297	445

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis	39.225	(21.967)	17.258	37.744	(23.370)	14.374
Tributárias	495	(387)	108	489	(387)	102
Trabalhistas	21.178	(8.176)	13.002	24.291	(8.028)	16.263
Regulatórias	9.676	-	9.676	9.214	-	9.214
	70.574	(30.530)	40.044	71.738	(31.785)	39.953
Circulante	24.868	(21.515)	3.353	39.775	(22.770)	17.005
Não circulante	45.706	(9.015)	36.691	31.963	(9.015)	22.948
	70.574	(30.530)	40.044	71.738	(31.785)	39.953

Movimentação dos processos no período

	01/01/2014					30/06/2014
	Saldo Final	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	37.744	9.233	(11.640)	(2.492)	6.380	39.225
Tributárias	489	3	-	-	3	495
Trabalhistas	24.291	1.579	(3.768)	(1.148)	224	21.178
Regulatórias	9.214	-	-	-	462	9.676
	71.738	10.815	(15.408)	(3.640)	7.069	70.574

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Movimentação dos processos no período--Continuação

	31/12/2012				31/12/2013	
	Saldo Final	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	34.635	27.056	(24.521)	(2.327)	2.901	37.744
Tributárias	145.045	-	-	(144.557)	1	489
Trabalhistas	34.034	3.114	(12.992)	(2.058)	2.193	24.291
Regulatórias	2.521	14.342	(5.449)	(2.512)	312	9.214
	216.235	44.512	(42.962)	(151.454)	5.407	71.738

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no período.

(3) Atualizações monetárias.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 666 (636 em 2013) reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

No encerramento das informações financeiras intermediárias findas em 30 de junho de 2014 contemplam provisão de R\$21.178 (R\$24.263 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$15.463 (R\$15.152 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas --Continuação

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 12.118 processos cíveis, sendo que 8.669 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

No encerramento das informações financeiras intermediárias findas em 30 de junho de 2014 contemplam provisão de R\$39.225 (R\$37.744 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$52.949 (R\$57.765 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

Tributárias

A Companhia figura como parte ré em 95 processos tributários.

Registra-se, ainda, que a Companhia continua monitorando o trâmite das ações de prestação de contas e indenizatórias ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga "Taxa de Iluminação Pública – TIP" cuja probabilidade de perda foi alterada de provável para possível em face da procedência, à unanimidade, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, as quais já transitaram julgado favoravelmente à Companhia. Assim, apenas remanesce litígio em relação ao recurso especial interposto pela CEMAR contra o acórdão do TJMA, no que tange à matéria referente ao valor dos honorários advocatícios fixados a favor do Município de São Luís, relativamente ao indeferimento da inclusão de litisconsortes na ação rescisória.

As informações financeiras intermediárias findas em 30 de junho de 2014 contemplam provisão de R\$495, para as causas tributárias (R\$489 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$30.633 (R\$30.996 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil, execução fiscal de COFINS na esfera tributária e, reclamações trabalhistas na esfera trabalhista.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de "curto prazo". Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de "longo prazo".

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social em 30 de junho de 2014 é de R\$698.660 (R\$618.550 em 31 de dezembro de 2013) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Total	%
Equatorial					
Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
Eletrobrás	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100,00%

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) para as de classe "A" e 10% (dez por cento) para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17 Patrimônio líquido --Continuação

17.1 Capital social--Continuação

Em 25 de abril de 2014 foi aprovado o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$80.110, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$33.101 e de parte do saldo da reserva destinada para reforço de capital de giro no valor de R\$47.009. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

17.2 Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$674, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

17.3 Reserva de lucros - Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 30 de junho de 2014, o saldo da reserva legal é de R\$55.164 (R\$55.164 em 31 de dezembro de 2013).

17.4 Reserva de lucros - Reserva de incentivos fiscais

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012, foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17 Patrimônio líquido --Continuação

17.4 Reserva de lucros - Reserva de incentivos fiscais--Continuação

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$33.101, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real. Conforme descrito na nota 18.a o saldo desta reserva foi totalmente utilizado para aumento do capital.

17.5 Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia. Em 30 de junho de 2014, o saldo desta reserva é de R\$626.394 (R\$673.403 em 31 de dezembro de 2013).

18 Participação nos lucros de empregados

O programa de participação nos resultados, implantado em 2004, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 30 de junho de 2014, o saldo provisionado de participação nos lucros é de R\$13.475 (R\$26.151 em 31 de dezembro de 2013).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19 Receita operacional

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	30/06/2014		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.926.676	1.325.401	484.989
Industrial	8.862	239.593	64.575
Comercial	142.422	557.284	222.614
Rural	59.100	80.515	20.627
Poder público	22.342	158.654	63.152
Iluminação pública	954	183.954	41.625
Serviço público	5.975	140.906	43.776
Consumo próprio	372	4.264	-
Suprimento CCEE	-	-	29.941
Baixa renda	-	-	90.495
Receita de construção	-	-	183.765
Outras	-	-	39.946
Total	2.166.703	2.690.571	1.285.505

	30/06/2013		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.860.156	1.214.527	483.300
Industrial	9.002	227.021	69.968
Comercial	131.619	502.243	205.934
Rural	59.331	79.420	22.013
Poder público	21.583	150.760	62.670
Iluminação pública	916	176.830	41.010
Serviço público	5.732	135.091	43.112
Consumo próprio	388	4.027	-
Suprimento CCEE	-	-	48.870
Baixa renda	-	-	98.261
Subvenções tarifárias	-	-	7.348
Receita de construção	-	-	143.530
Outras	-	-	14.824
Total	2.088.727	2.489.919	1.240.840

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita Operacional	1.000.927	1.013.553
Remuneração financeira WACC	30.926	20.063
Fornecimento de energia elétrica	1.031.853	1.033.616
Suprimento de energia elétrica	29.941	48.870
Receita de construção (a)	183.765	143.530
Outras receitas	39.947	14.824
Receita operacional	1.285.506	1.240.840
ICMS sobre venda de energia elétrica	(165.493)	(162.326)
PIS e COFINS	(108.362)	(100.080)
Encargos do consumidor	(10.674)	(12.309)
ISS	(867)	(622)
Encargo de capacidade emergencial	1.153	(2.233)
Deduções à receita operacional	(284.243)	(277.570)
Receita operacional líquida	1.001.263	963.270

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20 Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte à composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas Operacionais	30/06/2014			Total
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	(13.493)	(11.009)	(17.032)	(41.534)
Material	(4.860)	(1.014)	(487)	(6.361)
Serviços de terceiros	(34.326)	(41.313)	(29.036)	(104.675)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	(1.865)	-	(1.865)
Energia elétrica comprada para revenda	(511.055)	-	-	(511.055)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(23.225)	-	-	(23.225)
Custo de construção	(183.765)	-	-	(183.765)
Depreciação e amortização	(48.277)	-	-	(48.277)
Arrendamento e aluguéis	(738)	(1.173)	(115)	(2.026)
Outros	(3.385)	(1.192)	(461)	(5.038)
Total	(823.124)	(57.566)	(47.131)	(927.821)

Custos/Despesas Operacionais	30/06/2013			Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	(13.838)	(9.263)	(15.237)	(38.338)
Material	(2.782)	(304)	(134)	(3.220)
Serviços de terceiros	(37.670)	(43.866)	(27.505)	(109.041)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	(2.111)	-	(2.111)
Energia elétrica comprada para revenda	(390.170)	-	-	(390.170)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(21.898)	-	-	(21.898)
Custo de construção	(143.530)	-	-	(143.530)
Depreciação e amortização	(39.286)	-	-	(39.286)
Arrendamento e aluguéis	(909)	(1.132)	(151)	(2.192)
Outros	(2.377)	(2.037)	(1.519)	(5.933)
Total	(652.460)	(58.713)	(44.546)	(755.719)

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

21 Energia elétrica comprada para revenda

	MWh		R\$	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Energia de leilão	829.945	780.146	302.853	287.573
Contratos Eletronuclear	52.020	52.301	20.901	-
Contratos cotas de garantias	640.980	632.119	40.236	32.963
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/Energia Reserva	-	-	6.783	51.570
Energia de curto prazo – CCEE (a) e (b)	125.119	103.958	294.807	109.718
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	30.193	28.838	13.146	12.199
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(29.920)	(31.495)
(-) Recuperação custo de energia-CDE (c) e (d)	-	-	(137.751)	(72.358)
Total	1.678.257	1.597.362	511.055	390.170

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

No primeiro semestre de 2014 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores:

- (a) Aumento no preço de liquidação da CCEE – PLD, devido à redução dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional, e
- (b) Aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações de Usina e cancelamentos de contratos relacionados ao grupo Bertin.
- (c) O Decreto nº 7.945 de março de 2013 determinou o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado, em função da tendência de elevação nos custos. A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, totalizando R\$106.683.
- (d) O Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, instituindo a criação da “CONTA-ACR”, através da qual as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes da exposição involuntária de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade. A companhia registrou para o trimestre findo em 30 de junho de 2014 R\$33.861 referente ao mês de abril e estima em R\$58.310 referente a maio e junho que não foram registrados.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

23 Resultado financeiro

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receitas financeiras		
Rendas financeiras	36.364	12.423
Acréscimo moratório de energia vendida	39.634	34.933
Variações monetárias ativa	2.773	467
Atualização do ativo financeiro – receita	366	11.975
Total de receitas financeiras	79.137	59.798
Despesas financeiras		
Juros dos empréstimos e financiamentos	(62.307)	(53.506)
Variações monetárias	(18.170)	(7.079)
Atualização do ativo financeiro – despesa	(6.938)	(1.383)
Outras despesas financeiras	(24.337)	(34.693)
Total de despesas financeiras	(111.752)	(96.661)
Resultado financeiro	(32.615)	(36.863)

24 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	<u>30/06/2014</u>			
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais nominativas</u>	<u>Ações preferenciais nominativas</u>	<u>Total</u>
Numerador				
Lucro líquido do período	8.828	67	89	8.984
Denominador				
Média ponderada por classe de ações	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,0547</u>	<u>0,0547</u>	<u>0,0547</u>	<u>0,0547</u>

Em 30 de junho de 2014 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

25 Entidade de previdência privada

a. Características do Plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece os benefícios de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do período findo em 30 de junho de 2014, esse valor corresponde a R\$1.241 (R\$1.792 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia mantém registrado o valor de R\$6.581 (R\$10.213 em 31 de dezembro de 2013) na rubrica de "Outras contas a pagar" como suporte ao contrato de dívida com a FASCEMAR, o qual a Administração entende ser suficiente para cobrir o passivo atuarial calculado por seus atuários.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

26 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

b. Política de utilização de derivativos

A CEMAR não possui operações com derivativos até o momento. A Companhia entende que sua atividade fim não permite a utilização de derivativos com objetivos especulativos sendo possível, no entanto, sua utilização com a finalidade de evitar exposições a riscos, se necessário.

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão identificados a seguir:

Ativo	30/06/2014		31/12/2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	284.606	284.606	204.702	204.702
Investimentos de curto prazo	345.200	345.200	526.986	526.986
Contas a receber de clientes	528.531	528.531	505.257	505.257
Ativo financeiro de concessão	627.255	627.255	595.199	595.199
Depósito Judicial	30.530	30.530	31.785	31.785
Total Ativo	1.816.122	1.816.122	1.863.929	1.863.929

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

26 Instrumentos financeiros --Continuação

c. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Passivo	30/06/2014		31/12/2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	254.869	254.869	181.620	181.620
Empréstimos e financiamentos	1.363.190	1.363.190	1.391.268	1.391.268
Debêntures	302.431	305.844	300.059	304.541
Total Passivo	1.920.490	1.923.903	1.872.947	1.877.429

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo Financeiro de Concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** – são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

26 Instrumentos financeiros--Continuação

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da CEMAR são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Os fatores de riscos abaixo descritos podem impactar a saúde econômico-financeira da Companhia ou sua operação. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEMAR define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de Consumidores constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas 13 e 14.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

26 Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas, taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos abaixo.
- **Risco cambial** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da CEMAR ao câmbio é de 0,50% de sua dívida. A CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CEMAR possui uma única dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da Companhia, derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas 30 de junho de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

26 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Passivos financeiros						
STN	USD	(215)	1.837	3.888	(2.267)	(4.319)
Referência para passivos financeiros		Taxa em 30/06/2014	25%	50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		2,26	2,83	3,39	1,70	1,13

• **Risco de vencimento antecipado** - A CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas 13 (Empréstimos e financiamentos) e 14 (Debêntures).

• **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de junho de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
 Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

26 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros							R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações Financeiras	CDI	(34.252)	(42.815)	(51.378)	(25.689)	(17.126)	
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
ECF - 1510/97	FINEL	9	9	10	9	9	
ECF - 1639/97	FINEL	82	84	85	80	79	
ECF - 1645/97	FINEL	17	17	18	17	16	
ECF - 1907/99	FINEL	12	12	13	12	12	
ECF - 1908/99	IGP-M	69	71	72	67	65	
ECF - 1960 /99	FINEL	5.091	5.296	5.500	4.887	4.683	
ECF - 2034/00	FINEL	581	649	717	513	445	
AGROINDUSTRIAL I	CDI	4.865	6.049	7.233	3.682	2.498	
AGROINDUSTRIAL II	CDI	7.711	9.658	11.605	5.765	3.818	
AGROINDUSTRIAL III	CDI	1.975	2.473	2.972	1.476	978	
BNDES Direto	TJLP	4.657	5.364	6.070	3.951	3.245	
BNDES Direto II	TJLP	10.814	13.017	15.219	8.612	6.410	
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 1º Série	CDI	5.592	6.784	7.976	4.400	3.208	
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 2º Série	IPCA	14.036	15.847	17.658	12.224	10.413	
IFC	CDI	2.066	2.583	3.099	1.550	1.034	
IBM	CDI	124	157	189	92	59	
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 30/06/2014	25%	50%	-25%	-50%	
CDI (% 6 meses)		4,97	6,22	7,46	3,73	2,49	
TJLP (% 6 meses)		2,47	3,09	3,70	1,85	1,23	
IGP-M (% 6 meses)		2,45	3,06	3,67	1,84	1,22	
IPCA (% 6 meses)		3,75	4,68	5,62	2,81	1,87	

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

26 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da companhia é demonstrado abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido	R\$ Mil		
	Cenários	Impacto no Resultado	Impacto no Lucro
Cenário Provável		-	-
Cenário II		3.855	3.855
Cenário III		7.710	7.710
Cenário IV		(3.855)	(3.855)
Cenário V		(7.710)	(7.710)

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.
- **Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento** - Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CEMAR justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

26 Instrumentos financeiros--Continuação

g. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

No exercício findo em 30 de junho de 2014, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

27 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	<u>Vigência</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>Após 2017</u>
Energia Contratada	2014 a 2032	751.086	804.177	1.003.213	1.064.017	20.427.821

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

29 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
Riscos Operacionais	01/01/2015	187.887
Responsabilidade Civil Geral - Operações	01/01/2015	7.000
Seguro Garantia Judicial	(a)	19.110
Seguro Garantia Leilão de Energia	(b)	748
Automóvel	31/01/2015	(c)

(a) 35 apólices com vencimentos entre julho de 2014 a junho de 2016.

(b) 3 apólices com vencimento em outubro de 2014.

(c) 108 veículos segurados.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Ana Marta Horta Veloso

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Gilberto Sayão da Silva

José Carlos Muniz de Brito Filho

José Tavares Bezerra Junior

Lídce Almeida Silva

Conselho Fiscal

Efetivos

Carlos Eduardo Martins e Silva

Denise da Cunha D'Angelo Palácio Requejo

Felipe Sousa Bittencourt

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira
Sérgio Passos Ribeiro

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Carla Medrado
Diretor

José Jorge Leite Soares
Diretor

Humberto Soares Filho
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Chrysthyan Gonçalves de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-S-MA

São Luís, 08 de agosto de 2014 - A Companhia Energética do Maranhão S/A (CEMAR), concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Maranhão, anuncia hoje os seus resultados do segundo trimestre e primeiro semestre de 2014 (2T14 e 1S14). As informações não financeiras da CEMAR, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT) assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

DEMANDA DE ENERGIA DA CEMAR CRESCE 8,2%. EBITDA REGULATÓRIO TRIMESTRAL ATINGE R\$ 136 MILHÕES.

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- ▶ O volume de energia faturada no trimestre cresceu 8,2% em relação ao mesmo período em 2013, atingindo 1.353 GWh.
- ▶ A Receita Operacional Líquida (ROL) aumentou 7,8% no 2T14, refletindo os efeitos da Revisão Tarifária de agosto de 2013 e crescimento no volume faturado no período.
- ▶ O EBITDA Regulatório Ajustado alcançou R\$136 milhões no 2T14, queda de 12,2% em relação ao valor do mesmo trimestre do ano anterior, principalmente em virtude da Revisão Tarifária ocorrida em agosto de 2013 e do crescimento do mercado no período. Já o EBITDA Societário atingiu R\$21 milhões, queda de 83,0% no trimestre, principalmente em função dos maiores custos de compra de energia.
- ▶ O Lucro Líquido Regulatório atingiu R\$97 milhões no 2T14, queda de 17,5% se comparado ao valor do 2T13. Já o Prejuízo Líquido Societário foi de R\$21 milhões no trimestre.
- ▶ Os investimentos da CEMAR (excluindo investimentos diretos relacionados ao Programa Luz para Todos - PLPT) somaram R\$70 milhões no 2T14, 28,4% superior aos investimentos realizados no 2T13.
- ▶ No 2T14, os índices de DEC e FEC da CEMAR (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 16,1 horas e 10,7 vezes respectivamente, melhoras de 20,0% e 1,7%, quando comparados aos índices observados ao final do 2T13.
- ▶ As perdas de energia dos últimos 12 meses encerrados no 2T14 representaram 17,8% da energia requerida, queda de 0,6 p.p. em relação aos 18,4% verificados no 1T14.

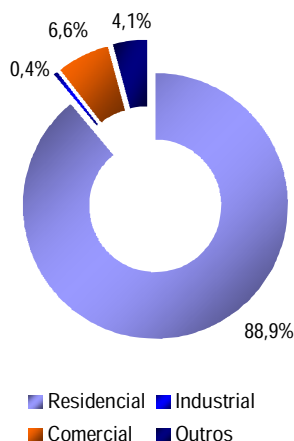
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Receita Operacional Líquida (ROL)	474	490	511	7,8%	963	1.001	3,9%
EBITDA Societário	121	76	21	-83,0%	209	97	-53,5%
Margem EBITDA (% ROL)	25,6%	15,6%	4,0%	-21,6 p.p.	21,7%	9,7%	-12 p.p.
EBITDA Societário (últ. 12 meses)	493	483	382	-22,5%	493	382	-22,5%
EBITDA Regulatório	158	119	147	-7,0%	291	267	-8,4%
EBITDA Regulatório (últ. 12 meses)	605	546	535	-11,5%	605	535	-11,5%
Resultado Operacional	72	27	-31	-143,4%	102	-4	-103,9%
Margem Operacional (% ROL)	15,1%	5,5%	-6,1%	-21,2 p.p.	10,6%	-0,4%	-11 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo)	80	30	(21)	-126,0%	98	9	-90,8%
Margem Líquida (%ROL)	16,8%	6,1%	-4,0%	-20,8 p.p.	10,2%	0,9%	-9,2 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação (R\$)	0,48	0,18	(0,13)	-126,0%	0,60	0,05	-90,8%
Investimentos CEMAR (Ex. PLPT)	54	63	70	28,4%	132	132	0,5%
Investimentos Diretos PLPT	7	16	25	265,4%	12	41	233,3%
Dívida Líquida	989	857	769	-22,2%	989	769	-22,2%
Dívida Líquida / EBITDA Regulatório (últ. 12 meses)	1,6 x	1,6 x	1,4 x	-0,2 x	1,6 x	1,4 x	-0,2 x

DADOS OPERACIONAIS	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Energia Vendida (MWh sem cons. próprio)	1.249.861	1.333.659	1.352.647	8,2%	2.485.892	2.686.306	8,1%
Nº de Consumidores	2.088.727	2.149.862	2.166.703	3,7%	2.088.727	2.166.703	3,7%
Nº de Colaboradores	1.163	1.154	1.176	1,1%	1.163	1.176	1,1%

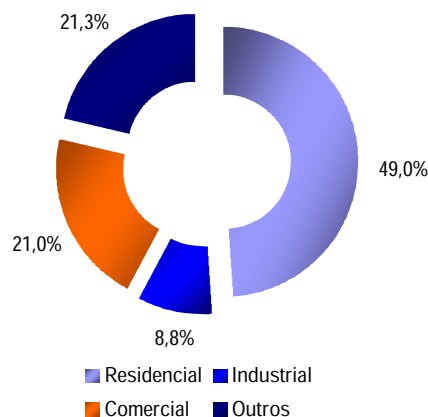
2. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MARANHÃO

2.1. VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Base de Clientes (% por Classe) – 2T14



Energia Vendida (% por Classe) – 2T14



No 2T14, as vendas de energia cresceram 8,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 1.353 GWh. O crescimento observado no trimestre é resultado basicamente do crescimento da base de clientes, que se expandiu 3,7%, do combate às perdas, e aumento do consumo per capita, reflexo de investimentos que vem sendo feitos no Maranhão.

CLASSE DE CONSUMO * (MWh)	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Residencial	606.984	662.831	662.570	9,2%	1.214.527	1.325.401	9,1%
Industrial	112.909	120.563	119.030	5,4%	227.021	239.593	5,5%
Comercial	253.536	273.803	283.481	11,8%	502.243	557.284	11,0%
Outros	276.432	276.462	287.566	4,0%	542.101	564.028	4,0%
TOTAL	1.249.861	1.333.659	1.352.647	8,2%	2.485.892	2.686.306	8,1%

(*) Não inclui consumo próprio e vendas à CEPISA

No 2T14, a carga da CEMAR apresentou crescimento de 5,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto a carga nacional subiu 2,5% e a nordestina aumentou 1,4%.

GWh	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Carga Brasil (*)	127.416	143.401	130.608	2,5%	259.851	274.009	5,4%
Carga Nordeste (*)	20.139	21.027	20.421	1,4%	40.364	41.448	2,7%
Carga CEMAR	1.582	1.583	1.662	5,1%	3.108	3.245	4,4%

(*) Dados referente ao Sistema Interligado Nacional
Fonte: ONS e CEMAR

2.2. BALANÇO ENERGÉTICO

O volume de energia requerida pelo sistema da CEMAR alcançou 1.662 GWh no 2T14, apresentando crescimento de 5,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de energia vendida no trimestre cresceu 8,2% em relação ao 2T13, resultando em queda de 7,0% no volume de perdas.

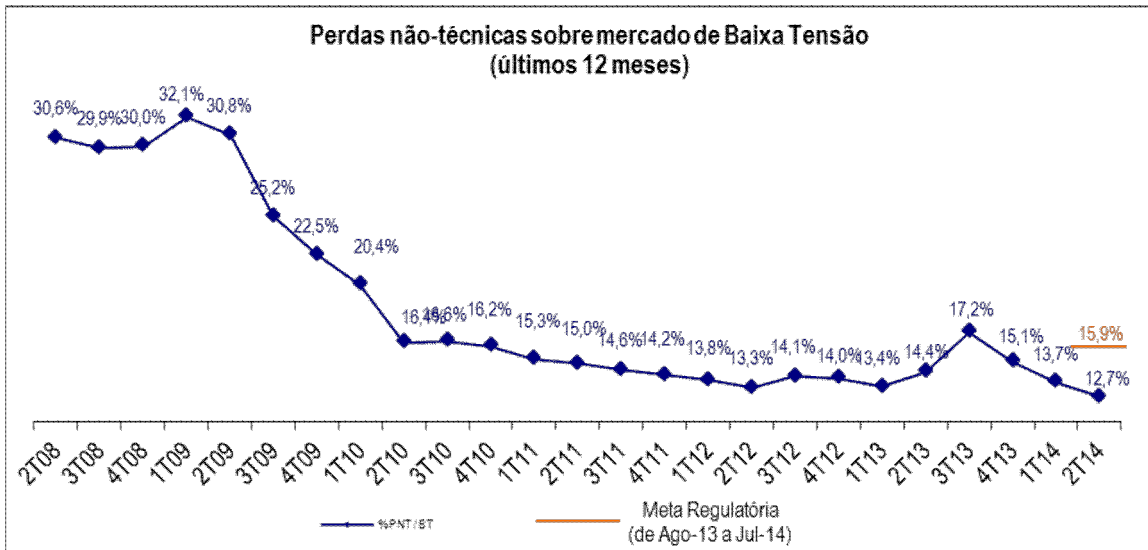
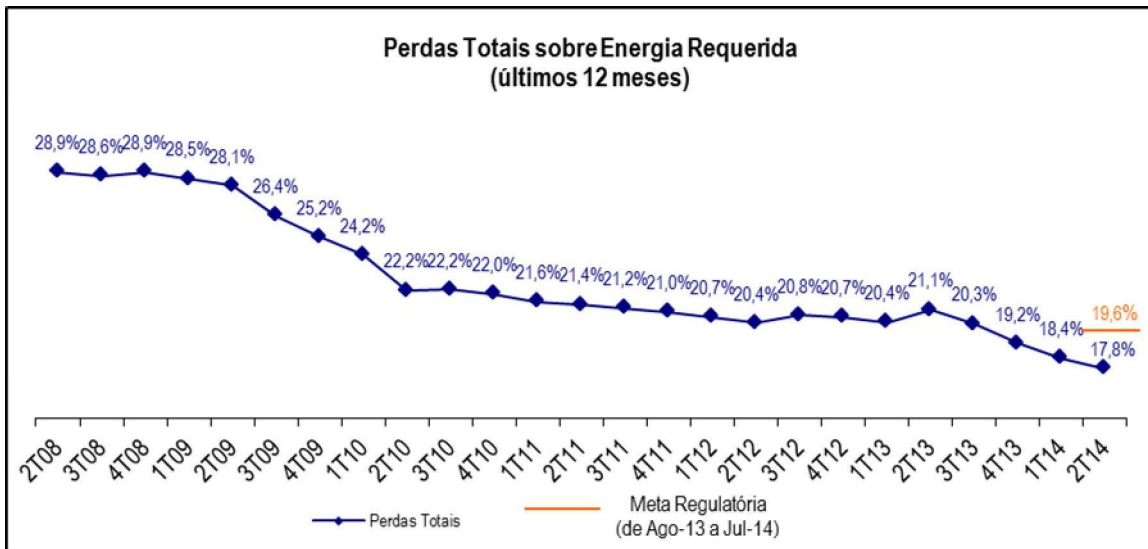
Bal. Energético (MWh)	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Energia Requerida	1.581.813	1.583.219	1.661.796	5,1%	3.108.429	3.245.015	4,4%
Energia Vendida (*)	1.251.923	1.335.720	1.354.850	8,2%	2.489.919	2.690.570	8,1%
Perdas	329.890	247.500	306.945	-7,0%	618.510	554.445	-10,4%

(*) Inclui venda às classes, consumo próprio e vendas à CEPISA

2.3. PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Com a evolução da nova fase do Plano de Combate às Perdas da Companhia, as perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 2T14 representaram 17,8% da energia requerida, queda de 0,6 ponto percentual em relação ao indicador apresentado ao final do último trimestre, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão atingiram 12,7%, queda de 1,0 ponto percentual em relação ao 2T14.

Apesar de ainda acreditarmos ser possível reduzir o nível atual de perdas de energia, dado que as perdas já encontram-se em um nível relativamente baixo e levando em consideração que o nível de perdas técnicas sobre a Energia Requerida é atualmente de 9,86%, é natural observarmos uma certa acomodação no curto prazo, enquanto isso, estamos reavaliando o Plano de Redução de Perdas de Energia para aferirmos qual seria o seu patamar sustentável no longo prazo.

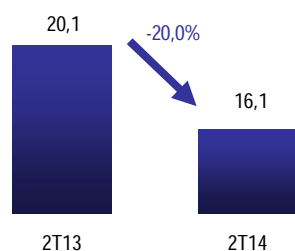


2.4. QUALIDADE DO SERVIÇO (DEC E FEC)

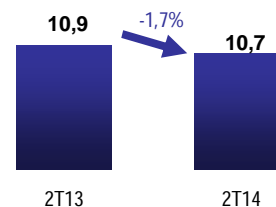
O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

Ao final do 2T14, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 16,1 horas, que comparado às 20,1 horas do final do 2T13, representou redução de 20,0%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do 2T14, foi de 10,7 vezes, redução de 1,7% em relação ao fechamento do 2T13. A contínua redução nos indicadores é fruto da melhoria nos processos internos e investimentos feitos pela Companhia nos últimos anos.

DEC (horas): Últ. 12 meses



FEC (vezes): Últ. 12 meses



2.5. RECEITA BRUTA MÉDIA

RECEITA BRUTA MÉDIA - R\$/MWh (*)	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Residencial	394,1	353,7	378,1	-4,0%	397,9	365,9	-8,0%
Industrial	311,5	262,6	276,5	-11,2%	308,2	269,5	-12,5%
Comercial	406,7	391,3	407,3	0,2%	410,0	399,5	-2,6%
Outros	312,4	289,8	309,7	-0,8%	311,4	299,9	-3,7%
Total	371,1	339,9	360,8	-2,8%	373,3	350,4	-6,1%

(*) Incluindo ICMS/PIS/COFINS

A Receita Bruta Média da CEMAR do 2T14 apresentou redução de 2,8% na comparação com o 2T13, somando R\$360,8 por MWh, principalmente em função da Revisão Tarifária ocorrida em Agosto de 2013 e, parcialmente, da MP 579. A tarifa corrente permanece vigente por 12 meses, até o final de agosto de 2014.

2.6. CUSTO MÉDIO DE COMPRA DE ENERGIA

No 2T14, o custo médio de compra de energia líquido de PIS/COFINS (excluindo custos de transporte e contabilizações de CVA) foi de R\$213,3 por MWh, representando aumento de 13,2% em relação ao 2T13. O aumento no custo médio é explicado por: (i) atualização monetária contratual dos custos da compra de energia pelo IPCA, em agosto de 2013, (ii) despacho das usinas térmicas, e (iii) exposição involuntária ao mercado spot. Vale ressaltar que os custos de compra de energia são repassados à tarifa de venda de energia, uma vez que fazem parte da Parcela A (custos não gerenciáveis).

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA*	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Compra de Energia - Contratos (R\$MM)	143	155	185	29%	286	340	18,79%
MWh Contratado	861.285	768.256	884.667	2,7%	1.683.307	1.652.923	-1,81%
Compra de Energia - Spot (R\$MM)	38	143	152	298%	110	295	168,70%
MWh - Spot	103.958	199.519	144.224	39%	224.383	291.777	30,04%
Cotas de Garantia Física (R\$ MM)	21	21	20	-6%	40	40	0,77%
MWh - Cotas	632.119	616.972	640.980	1%	1.237.866	1.257.952	1,62%
Custo Médio de Compra de Energia (R\$ / MWh)	126,72	201,19	213,29	68,32%	138,55	210,76	52,11%

* Líquido de PIS/COFINS

2.7. ENERGIA CONTRATADA

No encerramento do 2T14, a posição de energia contratada da CEMAR para o período de 2014 a 2017 apresentava a distribuição demonstrada na tabela a seguir. Os montantes abaixo incluem a energia contratada nos leilões de energia nova A-0, realizado em abril, A-1, realizado em dezembro de 2013 e A-3 e A-5, realizados em setembro de 2008, assim como a energia contratada no Leilão da Usina de Jirau (contrato de 30 anos, iniciando no ano 2013).

CONTRATOS (MWh)	2014	2015	2016	2017	2018
Fonte Hídrica	2.383.029	1.813.927	2.207.903	2.430.941	2.710.218
Fonte Térmica	1.054.531	1.285.333	1.395.857	1.548.324	1.718.783
Cotas de Garantia Física	2.665.804	2.665.710	2.665.710	2.665.710	2.665.710
Outras Fontes	339.348	339.358	340.288	339.358	628.781
TOTAL - MWh	6.442.712	6.104.329	6.609.759	6.984.334	7.723.491

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. RECEITA OPERACIONAL

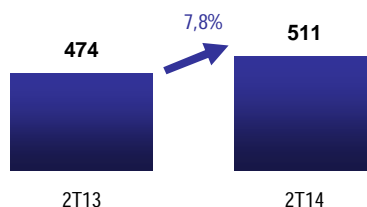
No 2T14, a Receita Bruta de venda de energia aumentou em 5,2%, influenciada principalmente pelos efeitos da Revisão Tarifária ocorrida em Agosto de 2013. Já a Receita Líquida atingiu R\$511 milhões (R\$413 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), um aumento de 7,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Com a convergência das regras contábeis brasileiras com os padrões internacionais (IFRS), a partir de 2010 passou a ser reconhecida na Receita Bruta a Receita de Construção, com impacto na ROL, porém sem impacto no EBITDA ou Lucro Líquido pois o mesmo valor é deduzido em linha específica dentro dos Custos Não-Gerenciáveis. No 2T14 foram reconhecidos R\$98 milhões, ao passo que no 2T13 foram reconhecidos R\$63 milhões.

ANÁLISE DA RECEITA	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	1.249.861	1.333.659	1.352.647	8,2%	2.485.892	2.686.306	8,1%
No. de Clientes**	2.088.727	2.149.862	2.166.703	3,7%	2.088.727	2.166.703	3,7%
KWh por Cliente (no período)	598	620	624	4,3%	1.190	1.240	4,2%
Receita Bruta de Fornecimento de Energia (R\$ MM)	464	453	488	5,2%	928	941	1,4%
Residencial	239	234	251	4,7%	483	485	0,3%
Industrial	35	32	33	-6,4%	70	65	-7,7%
Comercial	103	107	115	12,0%	206	223	8,1%
Outras Classes	86	80	89	3,2%	169	169	0,2%
Suprimento (R\$ MM)	24	27	3	-88,4%	49	30	-38,7%
Outras Receitas (R\$ MM)	64	66	65	1,4%	120	130	8,3%
Subvenção Baixa Renda	49	45	45	-7,6%	98	90	-7,9%
Subvenção Irrigantes	7	10	8	4,2%	7	18	143,1%
Uso da Rede	1	1	1	68,4%	1	2	67,2%
Outras Receitas Operacionais	7	9	11	57,7%	14	20	47,4%
Receita de Construção	63	85	98	57,0%	144	184	28,0%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(140)	(141)	(143)	1,9%	(278)	(284)	2,4%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	474	490	511	7,8%	963	1.001	3,9%

* Exclui Consumo Próprio e Fornecimento à CEPISA** Exclui unidades consumidoras próprias

Receita Líquida - trimestral (R\$MM)



3.2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

No 2T14, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$497 milhões (R\$399 milhões, desconsiderando os Custos de Construção), equivalentes a 97,2% da receita líquida, aumento de 21,7 p.p. em relação ao percentual verificado no 2T13, de 75,4%, explicado em grande parte pelo crescimento de 53,3% dos custos e despesas não-gerenciáveis.

Custos e Despesas Operacionais Gerenciáveis

No 2T14, o total de custos e despesas gerenciáveis, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo a PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), as provisões para contingências, e outros custos não operacionais, atingiu R\$83 milhões, crescimento de 2,4% quando comparado ao apresentado no 2T13.

Neste trimestre, as despesas com pessoal totalizaram R\$24 milhões, aumento de 8,4% em relação ao observado no 2T13. Este aumento é principalmente decorrente de aumento de salários e benefícios associados, decorrentes da negociação coletiva de 5,58% em novembro de 2013.

As despesas com materiais totalizaram R\$3 milhões no 2T14, ante R\$1 milhão apresentado no 2T13, aumento de R\$2 milhões.

Os gastos com serviços de terceiros no 2T14 apresentaram queda de 2,0% em relação aos valores verificados no 2T13, encerrando o trimestre em R\$53 milhões. Dentre suas principais contas, destacamos: (i) serviços elétricos, como serviços de plantão, poda, manutenção e limpeza de faixa, que somaram R\$14,6 milhões no trimestre; (ii) serviços de atendimento terceirizado e call center, somando R\$5,7 milhões no trimestre, e (iii) serviços de faturamento e cobrança que somam R\$ 10,8 milhões.

Cabe destacar que neste trimestre, foram incluídos R\$1,5 milhão de custos com venda de padrão, que acabem sendo praticamente neutros para efeito de EBITDA uma vez que também há receita no mesmo montante sendo contabilizada no trimestre.

R\$ MM	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Pessoal	22	24	24	8,4%	44	47	7,2%
PLR	6	6	6	2,7%	11	12	4,2%
Material	1	3	3	110,2%	3	6	97,6%
Serviço de Terceiros	54	52	53	-2,0%	109	105	-4,0%
Outros	4	4	4	-9,8%	8	7	-10,8%
PMSO	81	83	83	2,4%	165	166	0,6%
<i>% Receita Líquida (s/ Receita de Construção)</i>	<i>19,7%</i>	<i>20,4%</i>	<i>20,1%</i>	<i>0,4 p.p.</i>	<i>17,1%</i>	<i>16,5%</i>	<i>-0,5 p.p.</i>
Provisões	14	6	13	-11,0%	32	19	-42,4%
PDD e Perdas	11	3	9	-17,1%	24	11	-52,9%
<i>% Receita Bruta (s/ Receita de Construção)</i>	<i>1,9%</i>	<i>0,5%</i>	<i>1,6%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>	<i>2,2%</i>	<i>1,0%</i>	<i>-1,1 p.p.</i>
Provisões para Contingências	4	3	4	5,6%	8	7	-9,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	5	2	6	23,0%	21	8	-62,5%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	100	90	102	1,5%	218	192	-11,9%
<i>% Receita Líquida (s/ Receita de Construção)</i>	<i>24,4%</i>	<i>22,3%</i>	<i>24,7%</i>	<i>0,2 p.p.</i>	<i>22,7%</i>	<i>19,2%</i>	<i>-3,4 p.p.</i>
Energia Comprada e Transporte	190	321	328	72,4%	463	649	40,3%
Recuperação de Despesa CDE	(7)	(93)	(45)	512,3%	(72)	(138)	90,4%
Encargos Uso Rede e Conexão	11	11	12	10,3%	22	23	6,1%
Custo de Construção	63	85	98	57,0%	144	184	28,0%
Outros Custos	1	1	1	-11,7%	2	2	-11,7%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	257	325	395	53,3%	558	720	29,1%
<i>% Receita Líquida (s/ Receita de Construção)</i>	<i>62,5%</i>	<i>80,4%</i>	<i>95,6%</i>	<i>33 p.p.</i>	<i>57,9%</i>	<i>71,9%</i>	<i>14,0 p.p.</i>
TOTAL	358	416	497	38,8%	776	912	17,6%
Total (%Rec. Líq.)	75,4%	84,8%	97,2%	21,7 p.p.	80,6%	91,1%	10,5 p.p.

No 2T14, o nível de PDD e Perdas registrado foi de R\$9 milhões, ou 1,6% da Receita Operacional Bruta (ROB), patamar 0,3 p.p. inferior ao observado no mesmo trimestre do ano anterior.

A CEMAR atingiu a marca de 1.853 clientes por colaborador no 2T14, melhorando 4,0% em relação ao valor apresentado no mesmo período do ano anterior, de 1.782 clientes por colaborador. Quanto à relação PMSO por cliente, houve queda de 1,3%, representando custo de R\$38 por cliente no trimestre.

Clientes por Colaborador

PMSO por Cliente



Custos e Despesas Operacionais Não Gerenciáveis

No 2T14, a Companhia registrou um total de R\$395 milhões (R\$297 milhões, desconsiderando os custos de construção) de custos e despesas operacionais não gerenciáveis, um aumento de 53,3% em relação ao 1T13 (aumento de 52,1% se desconsiderarmos o custo de construção), principalmente em função do crescimento de Energia Comprada e Transporte, que atingiu R\$328 milhões. Tal crescimento ocorre devido ao despacho de usinas térmicas e exposição involuntária ao mercado de curto prazo de energia, cujo custo médio do MWh foi maior do que a da energia contratada a longo prazo.

É importante destacar que os custos de compra e transporte de energia, e encargos setoriais fazem parte de Parcela A da tarifa de energia, e, portanto, variação nos mesmos decorrentes de variação de preços deve ser repassada à Companhia através do índice de reajuste tarifário anual (IRT), não devendo representar uma perda econômica para a mesma.

Para este trimestre, foi fixada a quota de R\$33,8 milhões para a Companhia referente apenas à competência de abril, através da recém criada Conta no Ambiente de Contratação Regulada (Conta ACR), para cobertura total ou parcial das despesas incorridas pelas distribuidoras em função de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas no ambiente regulado (CCEAR).

3.3. EBITDA

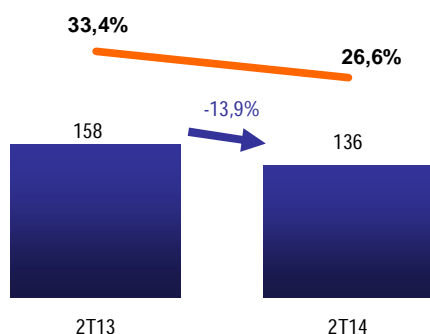
No 2T14, o EBITDA Societário (CVM) atingiu R\$15 milhões, ante R\$116 milhões registrados no mesmo trimestre do ano anterior, uma queda de 87,5%. Tal resultado é impactado: 1) pela revisão tarifária ocorrida em agosto/2013 e 2) pelo aumento no custo de compra de energia decorrente do despacho de térmicas e despesa com compra de energia no mercado de curto prazo (CCEE) para cobrir a exposição involuntária da Companhia, mesmo apesar de R\$45 milhões estarem sendo reconhecidos neste trimestre, no resultado societário, a título de repasse da Conta ACR.

Considerando a formação ou amortização de Ativos e Passivos Regulatórios e o ajuste não recorrente devido ao desconto em algumas faturas de compra de energia da Companhia no trimestre de R\$11 milhões, chegamos ao EBITDA Regulatório ajustado de R\$136 milhões no 2T14, redução de 13,9% em relação ao 2T13, em virtude do impacto da Revisão Tarifária e crescimento no volume de energia faturada. O referido desconto se dá pela necessidade de ressarcimento de multas contratuais aplicadas a alguns geradores. Neste trimestre, não foi contabilizado passivo regulatório equivalente, apesar de estar prevista a sua compensação tarifária no próximo reajuste.

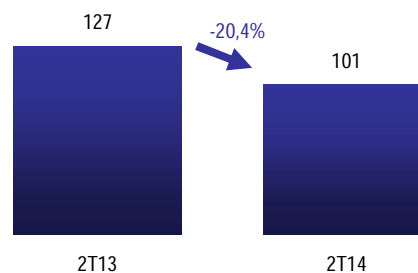
EBITDA (R\$ milhões)	2T 13	1T 14	2T 14	Var.	1S13	1S14	Var.
Resultado do Serviço	90	45	(16)	-117,7%	139	29	-79,3%
Depreciação e Amortização	26	30	31	17,1%	49	60	24,0%
EBITDA Societário (CVM)*	116	75	15	-87,5%	187	89	-52,4%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	5	2	6	23,0%	21	8	-62,5%
Ressarcimento de compra de energia			(11)	N/A		(11)	N/A
EBITDA Societário Ajustado	121	76	10	-92,0%	209	86	-58,7%
Ativos / Passivos Regulatórios Líquidos	37	43	127	N/A	82	170	N/A
EBITDA Regulatório Ajustado	158	119	136	-13,9%	291	256	-12,2%

* Calculado em conformidade com a Instrução CVM 527/12

EBITDA Regulatório (R\$MM) e Margem EBITDA: Trimestral



EBITDA Regulatório (R\$) por MWh: Trimestral



3.4. RESULTADO FINANCEIRO

No 2T14, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$15 milhões, ante R\$19 milhões negativos no 2T13.

Atualmente, a Companhia não possui nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

R\$ MM	2T 13	1T14	2T 14	Var.	1S13	1S14	Var.
Rendas s/ aplicações financeiras	5	18	19	288,4%	11	37	230,5%
Multa e mora s/ energia vendida	17	22	18	7,4%	35	40	13,5%
Outras receitas financeiras	1	1	1	-197,3%	2	2	25,2%
VNR receita	5	-	0	N/A	12	0	N/A
Receita Financeira Total	28	41	38	37,5%	60	79	32,3%
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(27)	(31)	(31)	14,1%	(54)	(62)	16,4%
Variações Monetárias e Cambiais	(6)	(10)	(8)	42,6%	(7)	(18)	156,7%
Outras despesas financeiras	(13)	(10)	(14)	12,9%	(35)	(24)	-29,9%
VNR despesa	(1)	(7)	-	N/A	(1)	(7)	N/A
Despesa Financeira Total	(47)	(58)	(54)	15,0%	(97)	(112)	15,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(19)	(17)	(15)	18,7%	(37)	(33)	11,5%

3.5. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO

Na CEMAR, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício da ampliação da capacidade instalada, obtido junto à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em dezembro/2005, e que em 2007 foi ampliado pelo benefício de modernização de toda a capacidade instalada, válida até 2021; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDENE, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido até 2018); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

Composição da Taxa Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social

IRPJ / CSLL (R\$MM)	2T13	1T14	2T14	1S13	1S14
LAIR (1)	72	27	(31)	102	(4)
Despesa IRPJ / CSLL	8	2	10	(4)	13
(-) Ativo Fiscal Diferido	(19)	(11)	(6)	(8)	(17)
= Imposto Calculado	(11)	(9)	4	(12)	(4)
(+) Créditos Fiscais	8	3	(6)	9	(3)
= Imposto Caixa (2)	(3)	(6)	(2)	(3)	(7)
Taxa Efetiva de IRPJ e CSLL = (2) / (1)	4,4%	20,4%	-5,6%	3,1%	-183,5%

No 2T14, os impostos calculados de IRPJ e CSLL foram de R\$10 milhões e, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos e créditos fiscais no valor de R\$6 milhões, tivemos uma saída de caixa para o pagamento dos referidos impostos de R\$2 milhões.

3.6. LUCRO LÍQUIDO

No 2T14, a CEMAR apresentou prejuízo líquido de R\$21 milhões, versus lucro líquido de R\$80 milhões no 2T13, principalmente em função do maior custo de compra de energia decorrente da exposição involuntária da Companhia ao mercado de curto prazo e despacho de térmicas.

Se fizermos o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios líquidos no trimestre, de acordo com a contabilidade regulatória, e o ajuste do impacto não recorrente de ressarcimento obtido na compra de energia da Companhia, chegaríamos ao Lucro Líquido Regulatório Ajustado de R\$96 milhões, valor 18,1% inferior ao valor reconhecido no mesmo trimestre do ano anterior, de R\$118 milhões.

LUCRO LÍQUIDO (R\$ milhões)	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
LUCRO LÍQUIDO	80	30	(21)	-126,0%	98	9	-90,8%
Ativos / Passivos Regulatórios Líquidos	42	45	127	200,6%	88	173	96,8%
Ressarcimento de compra de energia			(9)	N/A		(9)	N/A
VNR	(4)	7	(0)	N/A	(11)	7	N/A
LUCRO LÍQUIDO Ajustado	118	82	97	-17,5%	175	179	2,2%

4. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Com a adaptação das regras contábeis brasileiras ao IFRS, os ativos e passivos regulatórios do setor deixaram de ser registrados nos balanços da Companhia. Entretanto, tais valores continuam sendo considerados pela ANEEL quando do cálculo dos Componentes Financeiros a cada Reajuste Anual ou Revisão Periódica.

Abaixo, abrimos os componentes dos Ativos e Passivos Regulatórios por trimestre na CEMAR desde o 2T13.

Ativos Regulatórios	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Constituição CVAs	80.775	40.266	51.441	44.176	127.127
CCC	884	-	-	-	-
CDE	-	-	-	229	697
Proinfa	6.928	-	158	640	1.135
ESS	16.494	-	-	1.204	-
Rede Básica	-	945	1.489	1.863	2.356
Compra	56.470	39.321	49.793	40.239	122.939
Amortização CVAs	843	27.529	19.121	11.062	2.696
CCC	-	716	496	286	67
CDE	125	-	-	-	-
Proinfa	397	2.487	1.739	1.023	279
ESS	281	2.790	1.886	1.019	119
Rede Básica	40	-	-	-	-
Compra	0	21.536	15.000	8.735	2.232
Subsídio Baixa Renda	-	-	-	-	-
Déficit do PLPT	2.901	-	-	-	-
Outros Ativos Regulatórios	9.127	26.713	19.171	98.646	139.218
Outros	6.156	4.383	3.521	11.255	62.514
Eletronuclear	-	10.601	7.430	4.444	1.416
MCPSE	-	11.309	7.926	4.740	1.510
Desc. TUSD / Guseiros	-	-	-	-	-
Amort. MCSD	691	-	-	-	-
Amort. Sobrecontratação	1.924	-	-	78.031	73.722
Irrigante	355	420	294	176	56
Saldo Final	93.646	94.508	89.733	153.883	269.042

Passivos Regulatórios	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Constituição CVAs	(4.046)	(3.011)	(2.285)	(26.516)	(14.139)
Compra de Energia	-	-	-	(26.516)	(11.086)
Rede Básica	(3.626)	-	-	-	-
ESS	-	(3.011)	(2.285)	-	(3.053)
Proinfa	-	-	-	-	-
CDE	(420)	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-
Amortização CVAs	(1.997)	(3.511)	(2.464)	(1.460)	(418)
Rede Básica	-	(2.993)	(2.091)	(1.228)	(331)
Compra de Energia	(349)	-	-	-	-
CCC	(15)	-	-	-	-
CDE	-	(262)	(186)	(113)	(38)
ESS	-	(106)	(77)	(49)	(21)
Proinfa	(0)	(150)	(109)	(70)	(29)
RTE	(1.633)	-	-	-	-
Previsão Baixa Renda	(3.669)	-	-	-	-
Neutralidade Parc. A	(1.383)	(6.320)	(4.430)	(2.649)	(844)
Outros Passivos Reg.	(4.770)	(18.928)	(21.170)	(18.479)	(21.529)
Outros	-	(2.898)	(1.924)	(1.151)	(367)
Exposição Financeira	(4.392)	-	(8.011)	(10.609)	(19.022)
Parcela RB de Fronteira	-	-	-	-	-
Conexão	(0)	(1)	(1)	(0)	(0)
Exposição Involuntária	-	(16.027)	(11.233)	(6.718)	(2.140)
Consumidor A	-	-	-	-	-
Desc. TUSD / Guseiros	(45)	(2)	(1)	(1)	(0)
Irrigante	(333)	-	-	-	-
Saldo Final	(15.865)	(31.771)	(30.348)	(49.105)	(36.931)

A seguir, demonstramos o Ativo Regulatório Líquido, acrescido das Subvenções a receber Baixa Renda e Viva Luz¹ (estes últimos ainda contabilizados no Ativo da Companhia).

Ativos / Passivos Regulatórios	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Ativos Regulatórios	93.646	94.508	89.733	153.883	269.042
Passivos Regulatórios	(15.865)	(31.771)	(30.348)	(49.105)	(36.931)
Ativo Regulatório Líquido	77.781	62.737	59.385	104.779	232.111
Ativo Baixa Renda + Viva Luz	38.135	35.786	30.069	35.529	34.553
Total	115.916	98.523	89.454	140.308	266.665

¹ Viva Luz é um programa lançado em 2009 pelo governo do Estado do Maranhão cujo como objetivo é beneficiar os consumidores residenciais que apresentem consumo mensal inferior a 50 kWh, através da isenção do pagamento de suas contas de energia, via repasse do governo à CEMAR.

5. ENDIVIDAMENTO

No 2T14, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$1.666 milhões, 0,5% inferior ao endividamento registrado ao final do 1T14, de R\$1.674 milhões.

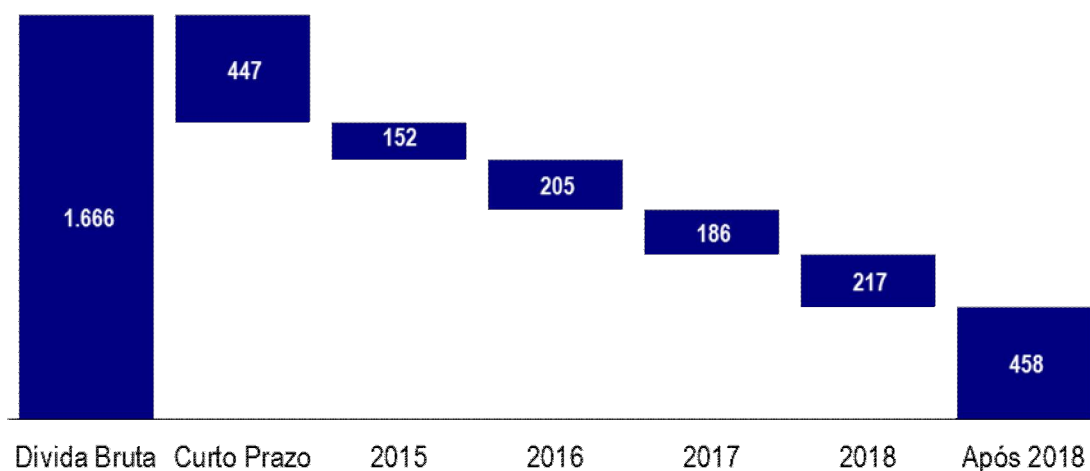
5.1. PERFIL DA DÍVIDA

Situação da Dívida Bruta

Vencimento	2T14	%	Indexador	2T14	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
Curto Prazo	447	26,8%	Pré Fixado (US\$)	5	6,0%	abr/24	9,9	0,3%
Longo Prazo	1.219	73,2%	Libor	3	1,4%	abr/24	9,9	0,2%
2015	152	9,2%	Moeda Estrangeira	8	4,1%		9,9	0,5%
2016	205	12,3%	TJLP	363	7,6%	abr/19	4,9	21,8%
2017	186	11,2%	CDI	451	10,2%	mar/16	1,7	27,1%
2018	217	13,0%	IPCA	203	12,4%	jun/20	6,1	12,2%
Após 2018	458	27,5%	Pré fixado (R\$)	458	6,5%	ago/20	6,2	27,5%
TOTAL	1.666	100,0%	IGP-M	168	10,2%	dez/23	9,6	10,1%
			FINEL(*)	15	11,0%	dez/15	1,5	0,9%
			Moeda Nacional	1.657	8,9%		5,0	99,5%
TOTAL	1.666				8,9%		5,0	100,0%

(*) Índice que representa 20% do IGP-M

Cronograma de Vencimento da Dívida Bruta

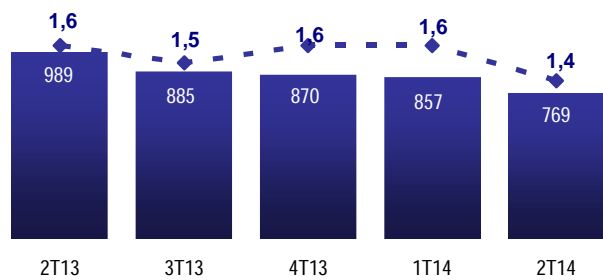


As dívidas da CEMAR têm, na nossa visão, um perfil confortável de vencimentos. 26,8% vencem nos próximos 12 meses (o que representa R\$447 milhões, volume inferior às disponibilidades da Companhia) e 73,2% vencendo a partir de 2015. O custo médio da dívida é de 8,9% ao ano.

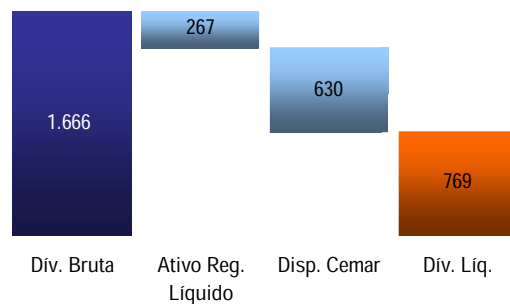
Ao final do 2º trimestre de 2014, a CEMAR possuía R\$8,2 milhões de dívidas denominadas em moeda estrangeira (Dólares norte-americanos), sendo R\$3,4 milhões indexados a Libor e R\$4,8 milhões pré-fixados, o que representa 0,5% da dívida bruta total. Em função do baixo grau de exposição à variação cambial, a Companhia não possui nenhum tipo de *hedge* para proteção contra a desvalorização do Real frente ao Dólar.

A dívida líquida, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, atingiu o montante de R\$769 milhões no 2T14, uma redução de 10,3% em relação aos R\$ 857 milhões verificados no 1T14, a relação dívida líquida / EBITDA Regulatório caiu para 1,4x, ante 1,6x no trimestre anterior.

Dívida Líquida (R\$MM) e Dívida Líquida/ EBITDA Regulatório (Últ. 12 meses)



Conciliação da Dívida Líquida (R\$MM) – 2T14



6. INVESTIMENTOS

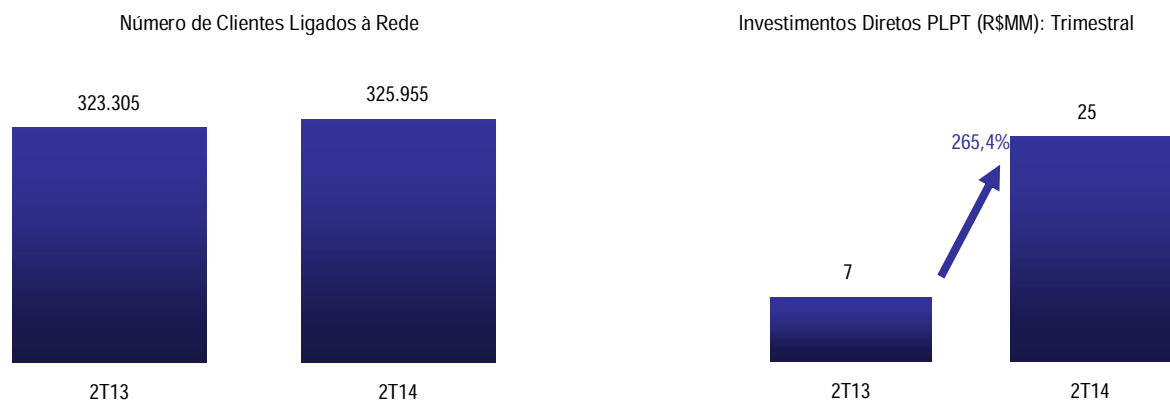
6.1. INVESTIMENTOS DA CEMAR

Os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$70 milhões no 2T14, representando crescimento de 28,4% em relação ao 2T13.

	2T13	1T14	2T14	Var.	1S13	1S14	Var.
Manutenção da Rede	18	16	21	18,0%	37	36	-2,1%
Expansão da Rede	32	34	35	9,4%	85	69	-18,5%
Equipamentos e Sistemas	3	7	12	263,8%	9	20	126,7%
Outros	1	6	1	30,2%	1	7	556,3%
Total	54	63	70	28,4%	132	132	0,5%

6.2. INVESTIMENTOS NO PROGRAMA LUZ PARA TODOS (PLPT)

Ao final do 2T14, foi alcançada a marca de 326 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, gerando um benefício direto a praticamente 1,6 milhão de habitantes no Estado do Maranhão. O PLPT já está presente em todos os 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades. Ao longo do 2T14, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais, fretes e serviços de terceiros, foi de R\$25 milhões, aumento de 265,4% em relação ao investimento realizado no mesmo trimestre do ano anterior.



SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da Ernst & Young, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e outros serviços relacionados por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As informações não financeiras da CEMAR e as relacionadas ao Programa Luz para Todos (PLPT), assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Thomas Newlands
Relações com Investidores

Renato Parentoni
Relações com Investidores

Telefones: +0 XX (21) 3206-6635 / 6607
E-mail: ri@ceamar-ma.com.br
Website: www.ceamar-ma.com.br

AVISOS

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Considerações acerca dos critérios contábeis:

As informações estão apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), a partir das informações financeiras revisadas.

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ Mil)	2T13	1T14	2T14	1S13	1S14
RECEITA OPERACIONAL	614.417	631.616	653.888	1.240.840	1.285.504
Fornecimento de Energia Elétrica	521.138	507.553	541.008	1.035.848	1.048.560
Suprimento de Energia Elétrica	24.095	27.152	2.788	48.870	29.941
Encargo de Capacidade Emergencial	(846)	1.154	0	(2.232)	1.154
Receitas de Construção	62.592	85.468	98.297	143.530	183.765
Outras Receitas	7.438	10.289	11.796	14.824	22.085
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(140.099)	(141.495)	(142.747)	(277.569)	(284.242)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	474.318	490.121	511.141	963.271	1.001.262
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(257.410)	(325.268)	(394.641)	(557.710)	(719.910)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(190.350)	(320.602)	(328.204)	(462.528)	(648.806)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(10.692)	(11.435)	(11.790)	(21.898)	(23.225)
Custos de Construção	(62.592)	(85.468)	(98.297)	(143.530)	(183.765)
Recuperação de despesa (CDE)	7.281	93.169	44.582	72.358	137.751
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	(1.056)	(932)	(932)	(2.111)	(1.865)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(95.458)	(88.422)	(95.803)	(196.793)	(184.225)
Pessoal	(21.797)	(23.668)	(23.638)	(44.136)	(47.305)
Material	(1.447)	(3.320)	(3.041)	(3.220)	(6.361)
Serviço de Terceiros	(53.614)	(52.153)	(52.522)	(109.041)	(104.675)
Provisões	(14.381)	(5.745)	(12.797)	(32.167)	(18.542)
Outros	(4.219)	(3.537)	(3.805)	(8.230)	(7.342)
EBITDA	121.450	76.431	20.697	208.769	97.127
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(5.000)	(1.887)	(6.151)	(21.437)	(8.038)
Depreciação e Amortização	(26.072)	(29.917)	(30.527)	(48.741)	(60.444)
RESULTADO DO SERVIÇO	90.377	44.627	(15.982)	138.591	28.645
RESULTADO FINANCEIRO	(18.652)	(17.452)	(15.163)	(36.863)	(32.615)
Receitas Financeiras	27.990	40.662	38.475	59.798	79.137
Despesas Financeiras	(46.643)	(58.114)	(53.638)	(96.661)	(111.751)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	71.725	27.174	(31.144)	101.728	(3.970)
Contribuição Social	(10.949)	(8.531)	4.227	(11.676)	(4.304)
Imposto de Renda	(29.500)	(11.580)	(78)	(31.467)	(11.658)
Impostos Diferidos	18.791	11.030	6.229	7.900	17.259
Incentivo SUDENE	29.500	11.580	78	31.467	11.658
RESULTADO DO EXERCÍCIO	79.567	29.673	(20.689)	97.951	8.984

ANEXO 2 – COMPARATIVO DRE REGULATÓRIA X SOCIETÁRIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	2T13		2T13	2T14		2T14
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA OPERACIONAL	530.620	83.797	614.417	565.521	88.367	653.888
Fornecimento de Energia Elétrica	499.118	22.020	521.138	551.324	(10.316)	541.008
Suprimento de Energia Elétrica	24.910	(815)	24.095	2.402	386	2.788
Encargo de Capacidade Emergencial	(846)		(846)	0	-	0
Receita de Construção	-	62.592	62.592	-	98.297	98.297
Outras Receitas	7.438		7.438	11.796	-	11.796
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(140.467)	368	(140.099)	(142.284)	(463)	(142.747)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	390.153	84.165	474.318	423.237	87.904	511.141
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(136.213)	(121.197)	(257.410)	(176.574)	(218.067)	(394.641)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(131.745)	(58.605)	(190.350)	(208.433)	(119.771)	(328.204)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(10.692)	-	(10.692)	(11.790)	-	(11.790)
Custos de Construção	-	(62.592)	(62.592)	-	(98.297)	(98.297)
Recuperação de despesa (CDE)	7.281	-	7.281	44.582	-	44.582
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	(1.056)	-	(1.056)	(932)	-	(932)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(95.458)	-	(95.458)	(99.260)	3.456	(95.803)
Pessoal	(21.797)	-	(21.797)	(23.761)	123	(23.638)
Material	(1.447)	-	(1.447)	(3.313)	271	(3.041)
Serviço de Terceiros	(53.614)	-	(53.614)	(55.568)	3.046	(52.522)
Provisões	(14.381)	-	(14.381)	(12.797)	-	(12.797)
Outros	(4.219)	-	(4.219)	(3.821)	16	(3.805)
EBITDA	158.482	(37.032)	121.450	147.403	(126.707)	20.697
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(5.000)	-	(5.000)	(6.151)	-	(6.151)
Depreciação e Amortização	(26.072)	-	(26.072)	(30.527)	-	(30.527)
RESULTADO DO SERVIÇO	127.410	(37.032)	90.377	110.725	(126.707)	(15.982)
RESULTADO FINANCEIRO	(17.707)	(945)	(18.652)	(14.903)	(260)	(15.163)
Receitas Financeiras	21.289	6.701	27.990	35.846	2.630	38.475
Despesas Financeiras	(38.997)	(7.646)	(46.643)	(50.749)	(2.889)	(53.638)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	109.703	(37.977)	71.725	95.822	(126.966)	(31.144)
Contribuição Social	(10.949)	-	(10.949)	4.227	-	4.227
Imposto de Renda	(29.500)	-	(29.500)	(78)	-	(78)
Impostos Diferidos	18.791	-	18.791	6.229	-	6.229
Incentivo SUDENE	29.500	-	29.500	78	-	78
RESULTADO DO EXERCÍCIO	117.545	(37.977)	79.567	106.277	(126.966)	(20.689)

Abaixo, é possível observar a abertura das contas que compõem os ajustes no Fornecimento de Energia feitos no 2T13 e 2T14.

AJUSTES FORNECIMENTO DE ENERGIA	2T 13	2T 14
CVA Constituição Compra Energia	26.810	(24.708)
CVA Constituição ESS + ERR	-	13.944
CVA Constituição Exposição Financeira	(472)	8.325
CVA Constituição Rede Básica	(623)	-
CVA Constituição Outros	(225)	-
CVA Amortização Sobrecontratação	-	(4.578)
CVA Amortização PLPT	4.806	-
CVA Amortização Baixa Renda e Parcela A	(8.371)	(1.805)
CVA Amortização Compra Energia	(584)	-
CVA Amortização Outros	678	(1.494)
TOTAL AJUSTES DE FORNECIMENTO	22.019	(10.316)

ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (R\$ Mil)	1T 13	2T 13	3T 13	4T 13	1T 14	2T 14
CIRCULANTE	914.845	1.084.987	1.162.193	1.292.445	1.322.180	1.231.088
Disponibilidades e aplicações financeiras	227.539	463.956	585.168	731.688	676.688	629.806
Consumidores e Revendedores	486.434	485.425	460.150	461.535	458.547	486.367
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(57.477)	(58.025)	(64.840)	(67.584)	(65.064)	(64.203)
Estoques	15.867	14.265	13.658	10.314	9.263	8.252
Impostos a Recuperar	54.346	49.557	51.285	56.705	50.697	66.320
Baixa Renda	33.728	38.179	35.786	30.113	35.611	34.553
Pagamentos Antecipados	5.888	6.258	3.807	3.505	4.022	3.892
Depósitos Judiciais	23.911	23.908	21.729	22.770	21.679	21.515
Serviços Prestados	52.312	47.078	39.020	31.044	34.668	37.576
Recuperação de custos de energia e encargos	65.077	7.802	11.168	4.689	90.482	-
Outros Créditos a Receber	7.219	6.586	5.262	7.665	5.586	7.011
NÃO CIRCULANTE	2.489.728	2.534.718	2.325.860	2.323.123	2.357.277	2.407.326
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.016.315	1.032.110	683.216	726.972	745.663	746.851
Consumidores e Revendedores	65.266	60.054	78.604	81.192	80.827	71.813
Impostos a Recuperar	48.940	42.706	44.504	34.828	32.276	31.002
Depósitos Judiciais	160.075	160.186	10.428	9.015	9.015	9.015
Créditos Fiscais Diferidos - IR/CSLL	324	19.114	-	-	-	-
Ativo Financeiro Indenizável	734.295	742.665	542.461	595.199	615.993	627.255
Outros Créditos a Receber	7.416	7.384	7.219	6.738	7.552	7.765
PERMANENTE	1.473.412	1.502.608	1.642.644	1.596.151	1.611.614	1.660.475
Investimentos	221	221	221	221	221	221
Intangível	1.473.191	1.502.387	1.642.423	1.595.930	1.611.393	1.660.254
TOTAL DO ATIVO	3.404.573	3.619.705	3.488.054	3.615.568	3.679.457	3.638.413
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	1T 13	2T 13	3T 13	4T 13	1T 14	2T 14
CIRCULANTE	749.192	681.725	599.293	591.107	665.102	920.512
Fornecedores	276.722	201.439	164.211	181.620	259.809	254.869
Folha de Pagamento, Férias e Encargos	11.410	10.770	11.745	9.229	9.917	11.820
Dividendos a pagar	76.816	76.816	76.816	38.115	38.114	38.280
Tributos e Contribuições Sociais	39.621	51.050	45.261	49.946	53.276	44.502
Empréstimos e Financiamentos	202.399	185.596	164.866	158.551	168.008	446.434
Debêntures	10.154	102	5.432	5.974	11.680	163
Taxa de Iluminação Pública	19.947	20.401	21.657	23.403	21.553	21.509
Provisão para Contingências	32.451	41.536	31.731	39.775	31.931	24.868
Receita diferida subvenção CDE	-	20.375	3.115	-	-	-
Eficientização	23.546	15.668	18.715	16.473	20.457	23.986
Outros	56.126	57.973	55.744	68.021	50.357	54.081
NÃO CIRCULANTE	1.410.801	1.613.834	1.507.778	1.643.403	1.603.624	1.328.025
Tributos e Contribuições Sociais	31.654	31.155	30.487	34.310	50.103	42.645
Débitos fiscais e diferidos IR/CSLL	-	-	23.921	27.635	-	-
Debêntures	287.473	290.038	291.044	294.085	298.513	302.268
Empréstimos e Financiamentos	880.028	1.093.081	1.106.004	1.232.717	1.195.872	916.756
Provisão para Contingências	188.540	178.162	36.778	31.963	38.486	45.706
Eficientização	15.575	15.575	15.575	20.650	20.650	20.650
Outros	7.531	5.823	3.968	2.043	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.244.579	1.324.146	1.380.982	1.381.058	1.410.731	1.389.876
Capital Social	618.550	618.550	618.550	618.550	618.550	698.660
Reservas de Capital	674	674	674	674	674	674
Reservas de Lucro	606.971	606.971	606.971	761.834	761.834	681.558
Lucro/Prejuízo acumulados	18.384	97.951	154.788	-	29.673	8.984
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.404.572	3.619.705	3.488.054	3.615.568	3.679.457	3.638.413

ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (R\$ Mi)	2T13				2T14			
	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total
MOEDA ESTRANGEIRA	82	421	8.407	8.910	72	(0)	8.135	8.207
Tesouro Nacional	82	421	8.407	8.910	72	(0)	8.135	8.207
MOEDA LOCAL	9.960	175.133	1.084.675	1.269.768	28.509	417.853	908.621	1.354.982
Eletrobrás	5.460	60.161	338.657	404.278	0	67.177	280.468	347.646
Instituições Financeiras	4.500	114.972	746.018	865.489	28.508	350.676	628.152	1.007.336
Divida com Fundo de Pensão	0	0	0	0	-	-	-	-
SUB TOTAL - EMP. E FINANCIAMENTOS	10.042	175.554	1.093.081	1.278.677	28.581	417.853	916.756	1.363.190
Debêntures	102	-	290.038	290.139	163	-	302.268	302.431
TOTAL DA DÍVIDA	10.144	175.554	1.383.119	1.568.817	28.743	417.853	1.219.024	1.665.621

C.P. = Curto Prazo

L.P. = Longo Prazo

ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA (R\$Mil)	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Caixa Inicial	227.539	463.956	585.168	731.688	676.688
FC das Atividades Operacionais					
Lucro Líquido	79.567	56.836	37.459	29.673	(20.689)
(+) Despesas Não Caixa	(48.267)	139.231	107.028	52.590	(26.796)
Variações Ativas	128.658	123.022	26.420	(32.959)	206.338
Variações Passivas	(43.827)	(194.297)	38.456	58.557	(32.313)
(=) FC das Atividades Operacionais	116.131	124.793	209.363	107.861	126.540
FC das Atividades de Investimento					
Atividades de Investimento Próprias	(55.589)	(48.463)	(215.546)	(122.327)	(140.287)
Investimentos	(76.896)	(60.109)	(231.983)	(123.405)	(141.773)
Almoarifado de Investimento Próprio	(2.754)	8.155	10.483	(2.002)	(2.601)
Outras Variações do Imobilizado Próprio	24.061	3.490	5.955	3.080	4.088
Atividades de Investimento PLPT	(7.602)	(8.483)	(13.742)	(22.906)	(25.231)
Investimentos	(9.292)	(9.416)	(13.883)	(19.018)	(25.024)
Almoarifado de Investimento PLPT	1.690	933	141	(3.888)	(207)
(=) FC das Atividades de Investimento	(63.191)	(56.946)	(229.288)	(145.233)	(165.517)
FC das Atividades de Financiamento					
Atividades de Financiamento Próprias	187.744	1.348	128.357	(12.390)	(3.490)
Empréstimo e Financiamento	187.744	1.348	128.357	(12.390)	(3.490)
Atividades de Financiamento PLPT	(4.266)	52.018	38.088	(5.238)	(4.415)
(=) FC das Atividades de Financiamento	183.478	53.365	166.445	(17.629)	(7.905)
(=) FC do Período	236.418	121.212	146.520	(55.000)	(46.882)
Caixa Final	463.956	585.168	731.688	676.688	629.806